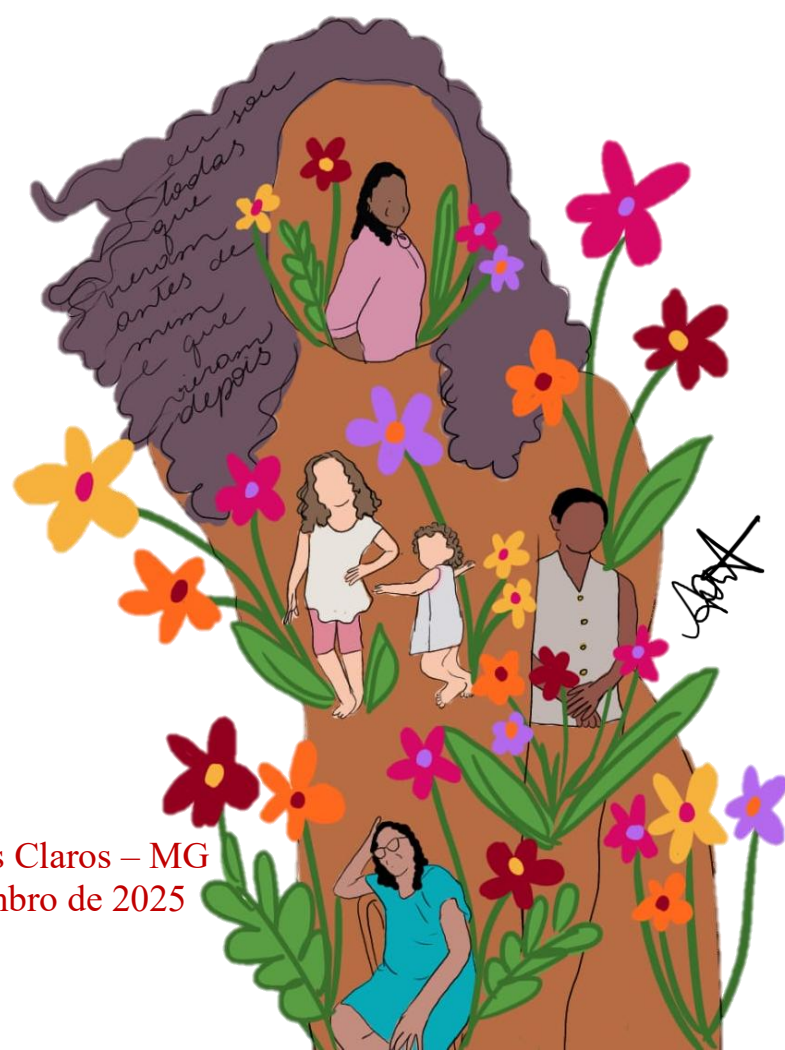


Amanda Antônia de Oliveira Nogueira

Embate ao memoricídio: o resgate das vozes mulheres a partir da pesquisa e da editoração



Montes Claros – MG
Setembro de 2025



Universidade Estadual de Montes Claros
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários



AMANDA ANTÔNIA DE OLIVEIRA NOGUEIRA

**EMBATE AO MEMORICÍDIO: O RESGATE DAS VOZES MULHERES A
PARTIR DA PESQUISA E DA EDITORAÇÃO**

MONTES CLAROS – MG
Setembro de 2025

AMANDA ANTÔNIA DE OLIVEIRA NOGUEIRA

**EMBATE AO MEMORICÍDIO: O RESGATE DAS VOZES MULHERES A
PARTIR DA PESQUISA E DA EDITORAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Estudos Literários

Linha de Pesquisa: Tradição e Modernidade;

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Cristina Martins Pereira

MONTES CLAROS - MG
Setembro de 2025

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre abraçam meus sonhos comigo; aos meus amigos, que não soltam a minha mão e não me deixam esquecer de minha capacidade; à minha tia Maria Imaculada, que não poderá ver com seus olhos os caminhos que me aguardam, mas que sempre os viverão comigo em memória; à minha orientadora Andrea Martins, que desde a graduação me lê, apoia e inspira; às mulheres que escrevem e que jamais morrerão através das palavras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que não me desamparou nenhum segundo sequer, alimentando minha alma, dando-me forças para que eu nunca desistisse. À minha Mãe Maria Santíssima, que em todas as suas faces mostrou-me o amor e a perseverança para continuar acreditando na minha pesquisa e criação.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, Valdineia Ferreira de Oliveira Nogueira e Gilson Nogueira Chaves, que foram a razão primeira para que eu continuasse todos os dias. Gratidão por todo suporte, ajuda, impulso, exemplo e inspiração, agradeço por serem a ilustração de tudo que é bom e honesto em minha vida; vocês são minha motivação e, por isso, dedico-lhes cada vitória.

Agradeço ao meu irmão e cunhada por me presentear com as minhas meninas favoritas do mundo todo: Maria Isis e Maria Antônia, minhas estrelas brilhantes, que me motivam a dar o meu melhor todos os dias.

Agradeço à minha tia Maria Imaculada pela inspiração de vida. Você sempre será lembrada por sua alegria em viver e sua motivação constante; você sempre acreditou em mim e vibrou por cada conquista, sei que vibraria por esta também.

Agradeço à minha orientadora desde a graduação, que sempre me inspirou com sua potência e carreira. Obrigada, Andrea, por seu cuidado e paciência.

Por fim, agradeço à Literatura, por me permitir pesquisar, averiguar, ler e viajar a partir das palavras; e que eu não pare por aqui, pois há muitos caminhos para serem descobertos e resgatados no universo das Letras.

Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma vida.
(Clarice Lispector)

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de investigação a pesquisa que visa a restauração da vida e obra de escritoras pertencentes ao memoricídio literário, e o trabalho editorial feminista que concretiza as republicações dessas. Dessa forma, historiciza-se o trabalho de editoras feministas e a pesquisa acadêmica que justificam a existência destes grupos de pesquisa que objetivam a recuperação de obras de mulheres esquecidas por nossa literatura brasileira, como parte relevante para o resgate da história da mulher dos séculos XIX e XX. Assim, faz-se possível reconhecer os pontos positivos da existência de editoras que nascem com o propósito de dar fim ao memoricídio tantas vezes sofrido por nossas escritoras; investigar processos históricos e sociais que resultaram no silenciamento dessas vozes na literatura atual estudada e analisar a relevância da pesquisa acadêmica como parte fundamental da expansão da literatura escrita por mulheres, assim como fazem as pesquisadoras acadêmicas na obra Memorial do Memoricídio, considerando o espaço de tempo em que muitas dessas mulheres foram apagadas da história da nossa Literatura. A pesquisa é validada a partir dos estudos de pesquisadoras como Norma Telles (2000), Michelle Perrot (s.d), Zahidé Lupinacci Muzart (2011), Constância Lima Duarte (2018), Ana Elisa Ribeiro (2019), entre outras e outros pesquisadores que embasam os pensamentos propostos.

Palavras-chave: Literatura. Edição. Mulher. Pesquisa. Tradição e modernidade.

ABSTRACT

The present study focuses on research aimed at restoring the life and work of female writers subjected to literary memocide, as well as the feminist editorial work that enables the republication of their works. In this way, the study historicizes the work of feminist publishers and the academic research that justifies the existence of these research groups, which aim to recover the works of women forgotten by Brazilian literature, as a relevant part of rescuing the history of women in the 19th and 20th centuries. Thus, it becomes possible to recognize the positive aspects of publishers that emerge with the purpose of ending the memocide so often suffered by our female writers; to investigate historical and social processes that resulted in the silencing of these voices in contemporary literature; and to analyze the relevance of academic research as a fundamental part of expanding literature written by women, as exemplified by the researchers in the work *Memorial do Memocídio*, considering the time span during which many of these women were erased from the history of our literature. The research is supported by studies conducted by scholars such as Norma Telles (2000), Michelle Perrot (n.d.), Zahidé Lupinacci Muzart (2011), Constância Lima Duarte (2018), Ana Elisa Ribeiro (2019), among others, as well as other researchers who underpin the proposed ideas.

Keywords: Literature. Publishing. Women. Research. Tradition and Modernity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página 1 do livro Memorial do Memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história, organizado pela pesquisadora Constância Lima Duarte (2022).....	43
Figura 2: A Mineira no Rio de Janeiro: imagem retirada do livro Imprensa feminina e feminista no Brasil – Século XIX, v.1, p 65, 2016, de Constância Lima Duarte.	54
Figura 3: Verdadeira Mai do Simplicio ou A Infeliz Viuva Peregrina, 1831, Rio de Janeiro, por D. Fortunata Eugênia de Mello.....	55
Figura 4: A Violeta, 1848, São Paulo, por F. V.	55
Figura 5: A Filha de Timandro, 1849, Rio de Janeiro, por mulher desconhecida.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I - AS MULHERES, O SILÊNCIO E A ESCRITA	13
1.1 A EDUCAÇÃO DAS MULHERES	14
1.2 A HISTÓRIA DAS MULHERES	17
1.3 O FEMINISMO	21
1.4 O MEMORICÍDIO NA LITERATURA	26
II – O MEMORIAL DO MEMORICÍDIO: NARRATIVAS DE REAVIVAMENTO E RESGATE ARQUIVÍSTICO DA ESCRITA FEMININA	32
2.1. A MEMÓRIA.....	34
2.2 O ARQUIVO	38
2.3 O MEMORIAL	42
III – A EDITORAÇÃO FEMINISTA: POR QUÊ? PARA QUÊ? POR QUEM?.....	49
3.1 A MULHER E A ACADEMIA	57
3.2 A CRÍTICA FEMINISTA	59
3.3 A EDITORA: MULHERES, LUAS, ENTRETANTAS	61
3.4 A MULHER EDITORA.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

Todas as vezes em que me percebo envolvida com uma pesquisa, deparo-me com uma impossibilidade de me distanciar dela. Ser uma mulher pesquisadora que costuma escrever com sua voz – ou tecnicamente, utilizando dos recursos da primeira pessoa do singular ou plural – costuma incomodar algumas pessoas da academia, que justificam suas críticas apontando uma falta de tecnicismo científico na minha escrita. Entendo com clareza a importância de uma imparcialidade quando se fala sobre grandes descobertas, todavia não parece se encaixar neste caso, considerando que este texto não intenta trazer uma inovação revolucionária na área, principalmente se considerarmos as grandes pesquisadoras que citaremos ao longo deste estudo, que escrevem e reescrevem e insistem incansavelmente nesse revelar crítico literário. E para quê falar sobre isso, já que essa pesquisa não é sobre mim? A resposta para esse questionamento é que experiencio como imagino terem vivido essas mulheres que tiveram suas vozes (e falo sobre as várias outras vozes que criaram além de suas próprias) apagadas durante o processo de memoricídio literário ¹feminino. Claramente, meus leitores podem pensar que nem se compara uma situação à outra, entretanto não defendo que sejam situações iguais ou parecidas, comento sobre a impossibilidade de me colocar distante quando sinto-me tão próxima ao mesmo sentimento.

Desde os primórdios, a sociedade cria estratégias para demarcar o tempo, que partem de iniciativas como observar o céu e a posição do sol para entender as horas, ou riscar tracinhos em rochas para determinar os dias que se passam, estratégias estas que, de época em época, ganham novos nomes, novas ferramentas e diversas versões delas mesmas, a fim de facilitar o estabelecimento do que foi o ontem, do que é o hoje e do que virá a ser o amanhã. Percebendo a linguagem em sua função primeira de fixar uma comunicação permanente entre os locutores e interlocutores do discurso, observa-se sumariamente a esquematização de inúmeros sistemas para que seja possível sua execução. Tendo em vista que o desenvolvimento social se baseia na criação e execução de esquemas, compreende-se a importância de uma organização histórica dos fatos e acontecimentos que preenchem a narrativa memorialista da nossa cultura.

¹ Menciono o termo literário, já que o memoricídio é um evento que ocorre em diversas instâncias durante a construção – destruição – de uma civilização, considerando que o primeiro a citar esse termo foi Mirko Grmek em 1991, quando citou a destruição da Biblioteca Nacional durante a guerra da Bósnia. No entanto, o apagamento de memórias pode ser feito de diversas formas e não apenas sobre arquivos. Dessa forma, considero que destruir memórias seja também calar pessoas que mereçam ser ouvidas e isso também é memoricídio.

A partir dos estudos de arquivos, somos direcionados a resgatar memórias, sejam elas nossas, sejam de pessoas que viveram antes de nós. A pesquisadora Constância Lima Duarte, em seu texto "Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada", fala sobre como essas mulheres desapareceram naturalmente de nossas memórias: "desapareceram excluídas do cânone por uma historiografia e uma crítica de perspectiva masculina, que sistematicamente eliminou as mulheres do cenário das letras" (Duarte, s/d, p. 3). Não há um mistério em como e no porquê de essas vozes terem sido apagadas tão facilmente de nossos arquivos internos, mas sim, uma epifania em compreender como somos capazes de observar e perceber todo esse processo mesmo com essa eliminação cultural, pois, embora tenha existido tal corporativismo no sistema que enclausurou talentos desconhecidos a nós, vale reconhecer a importância do arquivo - e seu impacto temporal e físico - para que essas autoras voltassem a ser pesquisadas atualmente.

Para tanto, a sociedade, acostumada a ignorar os avanços político-sociais que alcançávamos, apagava a memória cultural da escrita da mulher, o que não apenas excluía um protagonismo social do período vivido pelas mulheres, mas ainda reafirmava os impactos da memória para uma luta transgressora do século XIX. A escritora e pesquisadora Mary Del Priore argumenta que a história da mulher é fundada na evidenciação da negação e do esquecimento, ou seja, inteiramente legitimada nesse memoricídio. Assim sendo, faz-se importante a constatação da fundamental função do arquivo num momento em que a memória social foi diretamente manipulada.

Para isso, é de suma importância que o pesquisador conheça o arquivo de seu "pesquisado", além de saber de seus interesses a partir dos vestígios encontrados em seu conjunto de memórias, bem como se espera que seu acervo interno de conhecimento seja abrangente a diversas áreas do saber. Adicionalmente, o trabalho de arquivar-se é uma tarefa inconclusiva considerando que o "eu" permanece até o fim de sua existência, produzindo, manipulando e desfazendo-se de informações que integram esse acervo: "Ao se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país" (Marques, 2003, p. 7). Ademais, quando uma mulher escrevia, por vezes no segredo de seu lar, subteve-se que seu desejo era vencer além do que o próprio tempo, mas concretizar na memória um exercício que poderia vir a se tornar hábito na vida de outras futuras mulheres.

Reflito aqui sobre a razão pela qual muitas mulheres foram negligenciadas na crítica historiográfica literária, e hoje, comemora-se o fato de que, aos poucos, elas vêm sendo resgatadas pelos pesquisadores e pesquisadoras literários e editoras que abraçam a causa do

resgate. Sabe-se que a razão de tal assassinato da memória da nossa literatura está relacionada à ideia, retomada pelos inúmeros críticos e críticas de gênero, de que foi apenas o reflexo de como as mulheres sempre foram invalidadas na nossa história social, visto que traços desse comportamento patriarcal estariam presentes também na literatura. A fim de concretizar um tempo e espaço capazes de atenuar o crime social do memoricídio, temos hoje a criação de diversas linhas de pesquisas que buscam em seus objetivos principais o resgate de arquivos escritos por mulheres do século XIX. Isso, além de editoras que dedicam espaço considerável para a publicação dessas pesquisas sobre essas mulheres desmemoriadas, ou seja, o sistema dessa produção arquivística continua perpétuo - apesar desse lapso cultural sofrido -, inspirando a aparição de outros tantos grupos e editoras que recuperam o protagonismo feminino na memória literária e social.

Partindo da consciência de uma sociedade que evolui na velocidade da luz, faz-se necessário um mecanismo cada vez mais inovador para que seja plausível a medida dessa noção abstrata do tempo, atualizando e modernizando cada vez mais as estratégias criadas nos primórdios civis. Tornam-se obsoletos os papéis, mas criam-se digitalmente uma ferramenta que em alguma medida os substituem. Findam-se todas as tintas das canetas existentes, todavia, acessórios de ponta são perfeitamente elaborados para melhor executar sua função. Desse modo, os sistemas de arquivos não serão sempre os mesmos, bem como o meio para a execução da pesquisa, entretanto, em hipótese alguma deixar-se-á de produzir novos arquivos, para que a manutenção da memória seja um método constante.

Levando em consideração o que foi exposto, o questionamento que movimenta a minha pesquisa é: de que maneira os trabalhos (como os encontrados em *Memorial do Memoricídio* (2022)) que divulgam pesquisas acadêmicas, bem como as editoras feministas, que determinam um espaço para o resgate de autoras do século XIX, contribuem para a reparação da memória literária, trazendo pesquisas e textos de autoras “desmemoriadas” da nossa literatura brasileira, e como esse resgate funciona e reverbera nos estudos literários modernos? A pesquisadora Ana Elisa Ribeiro (2019) investiga sobre mulheres editoras e faz uma reflexão pertinente para esta pesquisa, considerando seus estudos sobre a também importância de mulheres ocuparem esse lugar no espaço editorial. Percebo que editoras feministas são representadas por mulheres que sentiram a necessidade de um resgate da voz mulher, que é o caso de editoras feministas, e, por isso, serão estudadas com mais afinco sobre seus objetivos e desafios provindos desse desejo de transformar a nossa realidade não apenas fazendo literatura, mas buscando, descobrindo, redescobrando e incentivando muitas mulheres que fazem pesquisa e colaboram no processo de

reescrita da história literária brasileira. A editora Luas, trabalhando em comum objetivo com pesquisadoras acadêmicas, conta com o resgate de alguns nomes femininos esquecidos pela literatura brasileira como Alexina de Magalhães Pinto (1870?), por Rita de Cássia S. Dionísio Santos; Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), por Constância Lima Duarte; Ruth Guimarães (1920-2014), por Aline Alves Arruda; Maria Ângela Alvim (1926-1959), por Kelen Benfenatti Paiva; Maria Julieta Drummond de Andrade (1928-1987), por Maria Lúcia Barbosa, entre tantos outros nomes que são resgatados nesse trabalho de restauração que encontramos no livro organizado por Constância Lima Duarte.

Desse modo, a presente dissertação debruça-se sobre a pesquisa em torno de escritoras brasileiras esquecidas pela história, que visa a restauração de obras de escritoras pertencentes ao memoricídio literário, e o trabalho editorial feminista de editoras que concretizam as republicações dessas. Dessa forma, irei historicizar o trabalho editorial feminista e a pesquisa acadêmica que justificam a existência desses que objetivam a recuperação de obras de mulheres esquecidas por nossa literatura brasileira como parte relevante para os estudos da tradição e da modernidade; além de investigar processos históricos e sociais que resultou no silenciamento dessas vozes na literatura atual estudada e analisar a relevância da pesquisa acadêmica como parte fundamental da expansão da literatura escrita por mulheres, considerando o espaço de tempo em que muitas dessas foram apagadas da história da nossa Literatura. A pesquisa é validada a partir dos estudos bibliográficos de pesquisadoras como Norma Telles (2000), Michelle Perrot (s.d), Zahidé Lupinacci Muzart (2011), Constância Lima Duarte (2018), Ana Elisa Ribeiro (2019), entre outras e outros pesquisadores que embasam os pensamentos propostos, de maneira a investigar qualitativamente os dados de pesquisas e publicações acadêmicas e literárias.

Nesse viés, no primeiro capítulo, é desenvolvida uma recapitulação histórico-social da vida da mulher no século XIX, definindo os processos sociais e políticos que levaram as mulheres a um lugar de silenciamento histórico. O segundo capítulo é dedicado a entender as motivações da pesquisa do “rememoramento” dos pesquisadores de arquivos a fim de analisar a relevância da pesquisa de arquivos como parte fundamental da expansão da literatura escrita por mulheres, possível de se visualizar na obra *Memorial do Memoricídio*, de Constância Lima Duarte. Por fim, o terceiro capítulo tem como foco a edição, investigando as motivações históricas para a criação de editoras feministas como a Editora Luas e sua contribuição no resgate de escritoras femininas. Assim, chegamos à compreensão dos passos históricos que se fizeram importantes para que o trabalho de pesquisa sobre o memoricídio e a editoração dessas

pesquisas assumissem papel tão necessário para os avanços do ensino da Literatura e o enriquecimento da nossa cultura literária, historicizando o trabalho editorial feminista e a pesquisa arquivística, que justificam a existência de pesquisas e editoras feministas.

I - AS MULHERES, O SILÊNCIO E A ESCRITA

“Sou uma mulher que escreve porque, para mim, escrever é como respirar, faço para sobreviver” (Clarice Lispector, 2011).



Quando se estuda sobre a literatura brasileira, percebe-se uma preferência coletiva pelo intitulado “cânone”, este recheado de nomes masculinos, tanto na prosa quanto na poesia. A questão do cânone é muito especulada por diversos pesquisadores das Letras, como Afrânio Coutinho (1968), Antonio Candido (1973) e Haroldo de Campos (1976), considerando que sempre existiram grupos marginalizados nesse processo de canonização, sejam eles homens

pobres, negros, não politizados, sejam elas por simplesmente não serem eles. Muitas são as questões que surgem ao se pesquisar sobre a escrita feminina do século XIX, tantas estas que será impossível chegar-se a uma resposta concreta e solidificada como conclusão das hipóteses levantadas. Entretanto, esse fato representa a importância deste estudo, uma vez que, sem a iniciativa dos questionamentos e das problemáticas, haveria uma contribuição plena com o silenciamento dessas vozes aqui mencionadas - autoras do século XIX. Zahidé Lupinacci Muzart aborda em seu texto “A questão do Cânone”, de 1997, a importância de se questionar o cânone e salienta sobre uma análise que não seria possível ser acabada, uma vez que seria apenas o início dessa discussão.

Os estudos sobre a literatura feminina ainda são recentes comparados aos diversos investimentos científicos na literatura de autoria masculina, sendo considerados ainda como passos pioneiros e em experimentação. Considero válido ressaltar que o texto mencionado é do ano de 1997, e escrevendo em 2024/2025 ainda tenho a mesma sensação de novidade e experimento estudando sobre a escrita feminina.

Sabemos que as mulheres, histórica, política e socialmente falando, foram prejudicadas pelas diversas dessemelhanças com o gênero masculino. No século XIX, somos abençoados com os respingos da transformação, o que me leva a pensar que justificaria a lenta reação que o Brasil teve diante de tamanhas mudanças comparado aos avanços políticos internacionais. Constância Lima Duarte (1999) ajudou-me a entender melhor tais avanços em seu texto *Educação e ideologia: construindo gêneros*:

O século XIX vai se destacar dos anteriores, principalmente pelas significativas transformações de ordem política, social e econômica vivenciadas. Em algumas décadas, o país enfrenta movimentos revolucionários, torna-se independente, acaba com a escravidão e proclama a República (Duarte, 1999, p. 440).

Considerando-se, então, os processos evolutivos da escrita e publicação no Brasil, faz-se necessário resgatar os passos iniciais para a rememoração.

1.1 A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

O país está se acostumando com esses novos sentimentos de inquietação depois de anos de silenciamento de vozes tão necessárias para nossa sociedade. Emancipações política e social são as bases em que a revolução é construída nesse período, e, visualizando tais avanços, uma classe de oprimidas desperta de um sono forçado, exigindo também sua autonomia. As mulheres

alcançaram a educação e, a partir desse marco, começaram a entender as injustiças e a brigar por seus espaços também. Até que isso acontecesse, porém,

[...] a educação da menina devia se preocupar com a formação de seu caráter e correção dos maus instintos. Os ideais de obediência e submissão deviam ser transmitidos através de ensinamentos morais, e todas concordavam que era preciso educá-las porque elas educariam o homem de amanhã. Quanto mais bem formadas fossem as mulheres, do ponto de vista moral e religioso, mais elas garantiriam o bom caráter dos filhos... (Duarte, 1999, p. 440).

Portanto, notamos que as mulheres eram valorizadas na sociedade, não como seres individuais e intelectuais, mas como pessoas formadoras, que tinham o papel tradicional de criar os homens que transformariam nosso meio. Além disso, nota-se a urgência que a sociedade tinha em “corrigir os maus instintos” que a mulher poderia vir a ter. Essa força impulsora que naturalmente nascia e crescia no instinto de cada mulher deveria ser controlada e ocultada, uma vez que isso afetaria o espaço em que cada um já ocupava no mundo inventado e comandado pelo viés masculino. O homem, como pai, nunca teve essa função de preparar os filhos para serem moralmente formados, já que ele estaria ocupado, trabalhando para o sustento financeiro da família. Às mulheres cabia a missão de torná-los homens bons ou não, pois eram de sua responsabilidade as faltas que seus filhos cometessem. Desse modo, podemos visualizar ao nosso redor, desde os primeiros registros históricos da evolução de nossa sociedade, as diversas obrigações que delegam à mulher a função única (polar) de educar e criar um ser que, posteriormente, viria a reger todas as leis do seu meio. Começou-se, então, a ser indagado sobre as mulheres nas escolas, como podemos observar na citação de Washington Dener dos Santos Cunha e Rosemaria J. Vieira Silva (2010):

Ao ver consolidado o processo de Independência do Brasil, os primeiros legisladores logo pensaram em organizar um sistema educacional que fosse capaz de atender às necessidades de grande parte da elite colonial que, naquele momento, passava a assumir a direção da recém-nascida nação brasileira. Neste desejo se encaixava a preocupação de incluir a mulher no processo educacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino primário gratuito. No entanto, a instauração de vários debates e discussões acerca da nova lei educacional não foi suficiente para que as Escolas das Primeiras Letras fossem construídas em quantidades satisfatórias, capazes de atender a demanda do segmento feminino (Cunha; Silva, 2010, p. 98).

A educação escolar², além do brio, era parte essencial dos bons costumes dos meninos brancos do período, e, diante de tantas transformações do século XIX, começa então a ser especulado, pelos responsáveis pelas leis sociais da época, sobre quais avanços a sociedade poderia vir a ter caso as meninas comessem a frequentar a escola como parte de sua rotina também. Mulheres moral e religiosamente bem estruturadas, e agora com a vantagem de saber ler, poderiam vir a ser um ponto vantajoso em um lar, nunca dissociando essa nova tarefa ao papel de esposa e mãe sábia.

Não podemos deixar de lado o fato de que mulheres brancas e de famílias bem relacionadas na sociedade tinham o privilégio de tal inovação na rotina: de serem agora estudantes. Estamos falando de um período repleto de novidades em que a escravidão começa a ser vista com maus olhos³, o que se trata de um grande passo para o universo de todos os negros, considerando que agora seriam vistos socialmente como indivíduos e não mercadorias - pelo menos era o esperado.

Esses negros que a duras penas conseguiram ingressar nas escolas eram um grupo restrito de negros livres ou libertos. Conforme o decreto 7031 de 06 de setembro de 1878 só podia se matricular pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos livres ou libertos, saudáveis e vacinados. Deste modo fica evidente a exclusão das mulheres negras e escravos, visto que para estes era impossível executar trabalhos de longas jornadas e ter o “luxo” de aprender a ler e escrever (Sales; Passo, 2018).

Como visto na citação de Alcíledes Sales e José Passo, mesmo sendo um diferencial na sociedade, essa transformação se deu a duras e longas pegadas pelos escravizados recentemente “libertos”, para outros poucos, esse processo durou ainda algum tempo.

Percebamos com atenção o trecho do artigo "As mulheres brasileiras do século XIX" de Karolina Dias da Cunha:

Para muitos grupos dessa sociedade do século XIX, as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, não havia a necessidade dela [sic] obter conhecimentos além daqueles que ajudassem a consolidar a sua moral e os bons princípios, o que contava não eram seus desejos, mas sim sua função social, o pilar de sustentação do lar. Por isso era importante que essas mulheres fossem ensinadas desde pequenas a serem doces, amáveis e submissas aos pais

² A educação escolar, inicialmente, não era uma realidade de todos, mesmo quando assim decretada por Constituição, considerando que alguns grupos sociais como escravizados e escravizadas, indígenas, negros, pessoas em situação de pobreza não poderiam deixar seus afazeres, que os forneciam sustento vital, para que fossem às escolas.

³ Vale destacar que não se trata de um processo de misericórdia ou “conversão” do Estado, e sim fruto de uma pressão da demanda do emergente modelo capitalista industrial (principalmente com influência de países industrializados, como Inglaterra).

e depois aos maridos. Já as meninas pobres estavam desde muito cedo envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado com os irmãos menores, essas tarefas tinham prioridade, eram maiores do que a escolarização. E as negras também tinham destinos semelhantes aos das brancas pobres que ficavam isentas do processo sistemático de escolarização, e de vida privada; para essas meninas escravas a educação acontecia no dia-a-dia, na violência do seu trabalho, na luta pela sobrevivência, na resistência e na fuga (Cunha, s/d, p. 4).

A maioria dessas mulheres eram analfabetas e mal sabiam como seriam incluídas na sociedade a partir da libertação, o que torna possível entender o destino de muitas que viviam ou sobreviviam à vida imposta de “mãe” como missão do existir. Eis um ponto que quero ressaltar, já que mesmo as mulheres sofrendo desigualdades, um grupo desse conjunto sofria intensamente mais: as mulheres negras. Precisamos saber diferenciar privilégios e direitos, já que todas – teoricamente – possuíam o direito à educação, mas poucas tiveram o privilégio de ter acesso a ela. Conforme Cunha e Silva (2010):

As meninas pobres poderiam contar, além das Escolas de Primeiras Letras e das Escolas Normais, com instituições de caráter assistencial, que complementavam a sua formação. Essas instituições assistenciais, de caráter educativo, eram mantidas pelo Estado ou por Ordens Religiosas Femininas, porém também eram limitadas quanto aos conteúdos, direcionando o ensino às prendas domésticas, aos aspectos básicos de leitura, escrita e das operações básicas da matemática [...]. Contudo, a educação feminina mantinha-se como um privilégio de poucas. Grande parte das mulheres continuava à margem do processo de alfabetização, não havendo muita diferença em relação à maioria dos homens livres pobres. Aos responsáveis pelas meninas bastava apenas o aprendizado das prendas domésticas mais do que a leitura e a escrita, portanto a educação escolar era vista como elemento de segunda necessidade para os pais das meninas pobres – a preocupação fundamental era de que as meninas arrumassem um bom casamento (Cunha; Silva, 2010, p. 99-100).

Desse modo, podemos visualizar como aconteceu a assimilação entre os direitos e a forma como eles deveriam ter sido igualitários. As funções destinadas às mulheres na sociedade eram tidas como dependentes de um casamento, a elas eram destinados os papéis de coadjuvantes de um lar, mesmo sendo protagonistas em todos os momentos, cuidando bem de todos e sendo descuidada na mesma proporção.

1.2 A HISTÓRIA DAS MULHERES

Em *Minha história das mulheres* (2015), Michelle Perrot fala sobre o silenciamento das mulheres e diferencia em seu discurso os sentidos plurais da palavra *história*, pois,

historicamente, as mulheres possuem seu espaço e suas conquistas. No entanto, no que se refere às narrativas dessas mulheres, há lacunas que dificultam a progressão de uma história – elemento crucial na definição do sentido da palavra. Perrot reflete sobre as motivações desse silêncio e menciona dois possíveis motivadores para tal: “elas atuam em família, confinadas em casa [...] São invisíveis. [...] Sua aparição em público é indecente” (Perrot, 2015, p. 16-17). E “esta é a segunda razão de silêncio: o *silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos registros diretos, escritos ou materiais” (Perrot, 2015, p. 17, grifo da autora). O que importa destacar aqui são justamente essas motivações que levaram as mulheres a esse lugar obscuro do esquecimento. Noto que seu emudecimento provém de um histórico social muito difícil de ser rompido, uma vez que seu acesso à educação já levou algum tempo para ser garantido, o que dificulta ainda mais no que diz respeito aos arquivos que poderiam resguardar sua memória.

Levando em consideração que as mulheres sempre foram descritas pelos homens, de maneira muito generalizada e idealizada, considero pertinente falar sobre as distorções da realidade de como as mulheres sempre foram tratadas. Michelle Perrot diz: “As rainhas merovíngias, tão cruéis, as damas galantes do Renascimento, as cortesãs de todas as épocas fazem sonhar. É preciso ser piedosa ou escandalosa para existir” (Perrot, 2015, p. 18).

O que notamos facilmente, lendo nossos autores mais renomados, desde o Arcadismo até os iniciais anos do Modernismo, é que as mulheres, representadas por homens, sempre foram contadas como “santas” ou “bruxas”. Sempre ouvi sobre o poder de uma mulher sobre um homem, entretanto, quando representadas, uma figura inverossímil ganhava espaço na trama, figura essa que, ou arruína a vida masculina, ou a transforma de maneira significativa. Cito alguns exemplos, a fim de ilustração:

Barroco: Formosura de D. Ângela – Gregório de Matos:

Não vi em minha vida a formosura,/
 Ouvia falar nela cada dia,/E ouvida
 me incitava, e me movia/ A querer ver
 tão bela arquitetura.
 Ontem a vi por minha desventura/ Na
 cara, no bom ar, na galhardia/De
 uma Mulher que em Anjo se
 mentia,/De um Sol, que se trajava
 criatura. [...] (Matos, séc. XVIII)

A mulher é tida como “criatura”, algo criado, que se mitificava como anjo, sendo notada como elemento celeste e ocupando este lugar de entidade essencial na vida do eu lírico mencionado, figura essa capaz de mover e instigar o narrador.

Naturalismo: O cortiço – Aluísio Azevedo

[...] mas, ninguém como a Rita.; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante. [...] Naquela mulata estava o grande mistério [...] ela era a luz ardente do meio-dia... (AZEVEDO, p. 68, 2019).

Esse papel sedutor destinado à Rita é uma característica do período, mas é importante destacar que a mulher, agora descida do altar sagrado e puro daquele imaginário, faz-se figura de carne traiçoeira para o homem, sem deixar de perder a “magia” ou o poder que “tem” sobre ele. A mulher ainda é descrita como uma incógnita pelo viés do narrador, uma vez que fosse impossível decifrar suas vontades para ele, além de estar nesse lugar de “clareza” que ilumina e queima como o sol de meio-dia.

Esse aspecto deixa transparecer alguns vestígios do poder mulheril, que é logo perdido em torno da docilidade do encanto que causa no homem. “As representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera” (Telles, p.408. 2000). Assim sendo, percebemos que esse imaginário masculino na nossa literatura traz o impacto dessa construção da imagem feminina, ora vilã, ora mocinha, mas sempre um objeto de desejo e posse do homem, sustentado pela nossa sociedade.

Em seu livro *Os romances em folhetins no Brasil, 1830 à atualidade*, José Ramos Tinhorão (1994) discute os caminhos perpassados pelo romance Brasileiro, trazendo à tona a figura feminina nesse percurso:

[...] os autores das primeiras gerações românticas conseguiam resolver abstratamente todos os problemas e conflitos que se apresentavam nas histórias mediante a aplicação de dois padrões de comportamentos básicos estabelecidos pela moral vigente: a honradez, no homem, e a virtude, na mulher. E, isto, partindo da honradez masculina como respeito às regras éticas e políticas estabelecidas nas relações sociais pela nova estrutura capitalista da sociedade, e da virtude feminina como sujeição aos estilos de vida impostos às mulheres por esse mesmo modelo de valores, basicamente masculinos (Tinhorão, 1994, p. 17).

Dessa forma, é notória a função social necessária às mulheres a ser destacada, inclusive, nas ficções, uma vez que o propósito da literatura, do ponto de vista político do capital, era “representar” a realidade e não “inspirar” a revolução. Ainda na página mencionada, o autor afirma que os escritos do período do pré-romantismo, ainda que considerados feministas e feitos por autoras, beiravam a realidades utópicas ou mesmo responsabilizavam as próprias mulheres por sua exclusão social, “marginalização”.

Norma Telles descreve em seu texto “Escritoras, escrita e escrituras” o processo de ascensão da escritora no Brasil nesse período, e disserta:

No século XIX, para as mulheres que pensaram ser algo mais do que “bonecas” ou personagens literárias, os textos dos escritores colocaram problemas tanto literários quanto filosóficos, metafísicos e psicológicos. Como a cultura e os textos subordinam e aprisionam, as mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisaram escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava (Telles, 2000, p. 408-409).

Assim sendo, podemos notar a necessidade e a urgência do reconhecimento da figura da mulher como criadora para além do papel ficcional a ela estipulado pelos escritores, de fabulação e encantamento. Engana-se quem pensa que a mulher deixou de escrever e criar por sentir-se intimidada com esse lugar a ela imposto na literatura de autoria masculina. Grandes nomes femininos da literatura brasileira surgiram nesse período, como Teresa Margarida da Silva Orta, Nísia Floresta Brasileira Augusta, Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, entre outras, justamente alimentando essa força de reconhecimento que a imagem mulhêr busca para reverter a ideia estereotipada da mulher do século XIX.

Michelle Perrot (2015) percorre sobre as representações das mulheres:

Para escrever história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos [...]. Na própria língua. A gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: *eles* dissimula *elas* [...] (Perrot, 2015, p. 21)

Ou seja, notamos que a cronografia das mulheres, muitas vezes, fora escrita de forma imaginativa, pois pouco ou nada se sabia sobre seus registros. Desse modo, é possível observar que, culturalmente - em especial no campo linguístico – o Brasil foi construído como um país

masculino que também eclipsa a imagem da mulher. A autora continua seus apontamentos, mencionando a falta de oportunidade social para que houvesse uma linhagem feminina, uma vez que era comum o fato de que, quando uma mulher se casava, automaticamente era etiquetada e conhecida pelo sobrenome do marido, ou, em termos mais rústicos, como propriedade dele, como, por exemplo, “Maria de José”, o que evidencia mais uma tentativa de suplantação do poder masculino sobre as vidas femininas. Esse domínio dos homens, fortalece um viés completamente irreal dos direitos e deveres das mulheres, já que corroboram o pensamento popularizado de posse e possuidor, sendo a mulher, nesse contexto, um objeto que podia ser comprado, vendido, devolvido, cobiçado e até mesmo roubado pelos seus donos – os homens.

Para a autora, os avanços científicos, sociológicos e políticos foram os responsáveis por esta indagação antes não feita pelos “comandantes do mundo” - os homens: quem conta a história das mulheres? Pretendo, com essa menção, destacar duas coisas: a primeira delas é que as nações, de maneira geral, demoraram cerca de vinte séculos para começarem a investigar a vida feminina como foco científico, social e político; e a segunda é o fato de que, iniciadas tardiamente essas investigações, o Brasil, tratando-se de um país colonizado e, por isso, pouco pioneiro em novas correntes pensantes de prestígio, ficou ainda mais atrasado quando o assunto é perceber a mulher como ser vivo, sujeito e cidadão.

O que encontramos sobre as memórias femininas sobreviventes de um memoricídio é coisa pouca comparada à infinidade de arquivos irrecuperáveis sobre os quais não fazemos ou faremos ideia de suas existências. Entretanto, mesmo com o mínimo dessas memórias, podemos considerá-las valiosas, de modo que “No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (Perrot, 2015, p. 22). Ou seja, resgatar através da pesquisa a narrativa de algumas mulheres é uma maneira de integrar a mulher como personagem ativa dessa trama social, permitindo-lhe a oportunidade de ser materialmente um indivíduo, e não apenas uma mancha desbotada.

No capítulo II discutiremos sobre as concepções de memória e de arquivo, buscando entender de que maneira esses elementos são importantes no processo de resgate dessas mulheres perdidas na memória literária brasileira.

1.3 O FEMINISMO

A pesquisadora Lúcia Osana Zolin (2012), em seu texto “Pós – Colonialismo, Feminismo, e Construção de Identidades na Ficção Brasileira Contemporânea Escrita por Mulheres”, observa um ponto importante para esta pesquisa:

[...] a teoria feminista pode ser conceituada como um modo acadêmico de ler a literatura, confessadamente, empenhado e de caráter político, voltado: 1) para o desnudamento e para a desconstrução de discursos que circunscrevem a opressão e a discriminação da mulher, tomada como objeto de representação literária; 2) para o desnudamento dos mecanismos estético-temáticos de práticas literárias, prioritariamente, de autoria feminina, engajadas em representações femininas que não se reduzem a reduplicações ideológicas de papéis de gênero, sancionados pelo senso comum, mas que espelham a multiplicidade e a heterogeneidade que marcam o modo de estar da mulher na sociedade contemporânea (Zolin, 2012, p. 53).

A partir do exposto, podemos observar que o feminismo é um caminho do qual não poderei me distanciar nesta pesquisa, considerando que a teoria feminista desempenha um papel importante para a discussão sobre a temática desenvolvida. Para que seja possível questionar as lacunas literárias de autoria feminina na literatura brasileira, faz-se pertinente que, antes, discutamos sobre as diversas desigualdades que as mulheres enfrentaram durante sua trajetória histórica. Convém, então, desacreditar que para se discutir literatura não seja possível discutir questões políticas, uma vez que tudo em nossa volta é política, incluindo questões culturais como a literatura; desse modo não é só possível a discussão, como necessária. Tratar do feminino é também tratar do feminismo, já que este é parte imprescindível na história da mulher no Brasil. Segundo Crisna Maria Muller e Marcia Besing (2018):

O Feminismo é um movimento político que questiona as relações de poder, a opressão e violência de grupos de pessoas sobre outras. Portanto, contrapõe-se totalmente ao poder patriarcal ao propor uma transformação social, política, ideológica e econômica da sociedade. Assim, apresenta-se o feminismo como uma filosofia universal que considera a existência de opressão no nível das estruturas e superestruturas a todas as mulheres. Ele tem um caráter humanista, pois busca a libertação das mulheres e dos homens. O “Movimento Feminista” buscou, ao longo dos anos, criar alternativas para que as mulheres sejam as protagonistas de sua vida e história. Assim, através de ações, mulheres procuram combater a discriminação e subalternidade a que eram submetidas (Muller e Besing, 2018, p 34-35).

A literatura feminina do século XIX conta com protagonistas que desempenham funções para além das convencionais tradições do período, agregando ao papel feminino possibilidades antes impensadas. São mulheres que decidem seus destinos que vão além de esposas e mães, mulheres divorciadas, adúlteras, suicidas, que dialogam com os sentimentos ocultos pela convenção patriarcal do comportamento feminino. Cito, para fim de exemplo, o romance *Lésbia*, de Maria Benedita Câmara Bormann, livro com primeira edição de 1890, sobre o qual

me debrucei em pesquisa monográfica (Nogueira, 2022), que conta com uma protagonista escritora que vai de encontro a todos os preceitos morais que o período exige para uma mulher.

Discuto sobre esse espaço feminino que foi apagado, e questiono se essa voz mulher preocupou de algum modo político os homens desse período, considerando que esse e outros livros publicados pela autora (e outras autoras) foram excluídos da literatura, e pouco ou nada se estudou ou estuda sobre eles nas escolas. O feminismo permite que, hoje, eu escreva sobre essas pesquisas que dão a oportunidade para que essas narrativas sejam lidas atualmente. Afinal, a igualdade de gênero que nós, mulheres, buscamos não se baseia apenas nos campos profissionais, mas ainda no reavivamento daquelas que precisaram ser apagadas da história, escrevendo sobre temas variados e considerados inadequados, muitas vezes, para que tivéssemos – mulheres do tempo atual – a oportunidade de sermos lidas e conhecidas um dia.

Importa, aqui, a ilustração dos termos “mulher-objeto” e “mulher-sujeito” destacados por Zolin (2009):

Categorias utilizadas para caracterizar as tintas do comportamento feminino em face dos parâmetros estabelecidos pela sociedade patriarcal: a *mulher-sujeito* é marcada pela insubordinação aos referidos paradigmas, por seu poder de decisão, dominação e imposição; enquanto a *mulher-objeto* define-se pela submissão, pela resignação e pela falta de voz. As oposições binárias subversão/aceitação, inconformismo/resignação, atividade/passividade, transcendência/imanência, entre outras, referem-se, respectivamente, a essas designações e as complementam (Zolin, 2009, p. 183).

A pesquisa resgata uma ancestralidade mulhêr que precisa ser vingada a partir da resistência e da reverberação de novas vozes insurgentes e transgressoras nos dias que se seguem. Digo isso porque a edição de *Lésbia* é fruto de um trabalho especial feito pela editora Mulheres⁴ nos anos de 1900, em que foi priorizada a publicação de autoras apagadas da nossa literatura no período, trabalho este que me permitiu a leitura e conhecimento de uma das narrativas mais transgressoras do século XIX. Essa ficção apresenta como protagonista uma escritora que vive as dores de ser uma mulher publicando naquele período, uma mulher que se casa, *decide* se divorciar, *decide* trair e *decide* tirar sua própria vida, uma mulher que *decide* – ação pouco conhecida pela classe feminina daquele período – de objeto a sujeito⁵.

Dito isso, entendo o espanto social que essa obra deva ter gerado na sociedade, considerando o cenário do tempo sobre o qual falamos e levando em conta que o livro traz

⁴ Será abordada no capítulo 3.

⁵ A crítica feminista no Brasil será discutida no capítulo 3.

temas considerados polêmicos vistos do ponto de vista feminino, como podemos perceber na matéria publicada pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2021:

Recentemente, *Lésbia* recebeu uma nova edição, revisada e atualizada, com comentários da professora Maria do Rosário Pereira, doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais [...]. A docente afirmou que, na época, apenas mulheres de famílias abastadas conseguiam ir além de uma vida doméstica e, mesmo assim, eram poucas. Bormann foi uma delas e começou a publicar capítulos de romance em jornais, no formato folhetim, que era usado na época [...] e explicou como a narrativa de *Lésbia* está relacionada com a vida da própria autora. A representação da protagonista causou polêmica porque o que mais havia nos livros era a visão da mulher sob a perspectiva do homem (Miranda, Teixeira, 2021).

É importante termos um olhar crítico acerca da construção individual da mulher, que é muito recente. Antes, pouco se falava sobre um indivíduo por trás de todos os papéis civis de uma mulher. Bormann escreve, neste livro, sobre uma jovem autora que fez sucesso durante sua curta vida, o que vai de encontro ao que vivia a autora criadora desse cenário poderoso, uma vez que, usando de pseudônimo para publicar, não pôde viver com muito vigor as delícias de um mesmo contexto para si mesma - o sucesso de seus escritos (Nogueira, 2022).

Considere importante mencionar a autora para que fosse possível observarmos na prática esse lugar da mulher como escritora, mas isso não oculta ou diminui a quantidade muito maior de autoras que viveram o mesmo dissabor observado. Por isso, é tão importante a valorização da pesquisa e da publicação, pois são esses pesquisadores e essas editoras que nos permitem rememorar cada voz esquecida. O foco desta pesquisa são as mulheres, mas muitos são os homens que também foram marginalizados durante esses anos, já que nosso país enfrenta diversas desigualdades – raciais, de classe, xenofóbicas, homofóbicas, transfóbicas, entre outras. Saliento, mais uma vez, a necessidade de menção dessas diversas lacunas, considerando que a cultura está completamente relacionada aos processos sociais do nosso Estado, não sendo possível falar sobre o resgate sem antes mencionar o apagamento e suas motivações. Não há aqui uma necessidade de atacar nenhuma parte nesse processo, apenas de esclarecer as justificativas das causas e consequências de um processo importante culturalmente para nossa literatura.

É triste pensar que o exercício de ser uma mulher seja integralmente um processo constante de montagem, de recriação e reconstrução. Processo este, muitas vezes, solitário e incansavelmente interminável. Construir uma ideia é uma tarefa que demanda tempo, fazê-la nascer requer o dobro do empenho dado. Essa metáfora representa o trabalho do pesquisador

em resgatar esses textos, pois, apesar de ser satisfatório concluir a missão de trazer de volta ao mercado um livro perdido pelo tempo, é exaustivo pensar no porquê do seu desaparecimento; é doído pensar no tempo dedicado àquela produção, no dinheiro, talvez, investido, e em sonhos não realizados, na possibilidade de não ter visto essa história ser lida e valorizada pelos seus, ou não ter podido comemorar quando foi, já que se escondia por trás de pseudônimos e nomes artísticos. A missão de um pesquisador de arquivos vem acompanhada do peso de trazer à tona nomes de mulheres e ficções criadas por elas, restaurando não apenas uma lista literária, mas diversas narrativas que poderiam jamais serem conhecidas por outrem; digo peso, pois não é uma tarefa fácil de ser desempenhada. Segundo Risoletti Maria Hellmann (2014), em seu texto sobre Zahidé Lupinacci Muzart, a pesquisadora tem o seguinte pensamento sobre as escritoras do século XIX:

Não basta resgatar as escritoras e obras do século XIX, republicá-las, colocar em circulação esses livros, é preciso estudá-las a fundo para consolidar uma tradição literária de autoria feminina no Brasil e revelar o valor literário de toda essa produção. E essa produção literária de mulheres não pode ser avaliada usando os mesmos critérios usados pela crítica canônica. É preciso considerar suas condições de produção e publicação da literatura que escreveram (Muzart apud Hellmann, 2014).

Dessa forma, restaurar esses textos traz ao executor dessa função uma responsabilidade muito maior, a função de também criar uma tradição que acolha e não exclua a literatura feminina, destacando a importância e o valor da escrita da mulher brasileira e levando em consideração o período de escrita e as condições das autoras naquele momento. Por muito tempo, as mulheres tiveram que lutar sozinhas, sem apoio, sem que ninguém soubesse de suas batalhas, todavia, graças à evolução e aos avanços históricos (ainda em processos de restabelecimento), hoje, podem contar com o coletivo para a reestruturação de seu lugar na sociedade. Há ainda na educação avanços que contribuem para o conhecimento de todos acerca da história literária feminina como a Lei Nº 14.986, de 25 de setembro de 2024:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País (Brasil, 2024).

Isso posto, comemoramos as vitórias que ainda chegam ao nosso encontro com o intuito de diminuir a segregação que as mulheres sofreram por tanto tempo.

O livro intitulado *Memorial do Memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história* (2022), organizado pela pesquisadora Constância Lima Duarte e publicado pela Editora Luas, é a representação atual do trabalho que vem sendo feito por diversos pesquisadores e pesquisadoras de autoras pertencentes a esse apagamento da literatura. O volume I, publicado em 2022, torna-se um objeto de pesquisa valioso para nosso trabalho, uma vez que engloba dois essenciais elementos para o reavivamento dessas autoras – a pesquisa e a editoração.

A pesquisadora Ana Elisa Ribeiro (2019) discorre sobre mulheres editoras e faz uma reflexão pertinente para este texto, considerando seus estudos sobre a também importância de mulheres ocuparem esse lugar no espaço editorial. Percebo que editoras feministas⁶ são representadas por mulheres que sentiram a necessidade de um resgate da voz mulher. É o caso da Editora Luas, que, por isso, será estudada com mais afinco sobre seus objetivos e desafios provindos desse desejo de transformar a nossa realidade não apenas fazendo literatura, mas buscando, descobrindo, redescobrimo e incentivando muitas mulheres que fazem pesquisa e colaboram no processo de reescrita da história literária brasileira.

A união do trabalho de pesquisadores e editores resultam num produto de extrema importância para a literatura do Brasil, uma vez que apresenta aos leitores nomes como Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921), por Rita de Cássia S. Dionísio Santos; Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), por Constância Lima Duarte; Ruth Guimarães (1920-2014), por Aline Alves Arruda; Maria Ângela Alvim (1926-1959), por Kelen Benfenatti Paiva; Maria Julieta Drummond de Andrade (1928-1987), por Maria Lúcia Barbosa, entre tantas outras mulheres que jamais, ou raramente, ouvimos falar durante nossos estudos escolares ou acadêmicos. Nota-se que essas mulheres ajudam a preencher os espaços dessa história que foi “mal” contada por homens durante muito tempo, agora transpondo sentido para a genialidade do intelecto feminino, que mesmo amordaçado pelas leis e normas que a sociedade lhe impunha, acabava dando um jeito de tornar eternas em suas palavras.

1.4 O MEMORICÍDIO NA LITERATURA

Constância Lima Duarte, em seu texto “Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada” (2018), fala sobre como as mulheres desapareceram de

⁶ Editoras que têm como finalidade a publicação de trabalhos de mulheres, sejam científicos sejam ficcionais, com o intuito de incentivar a produção literária feminina. Falarei mais sobre o tema no capítulo 3.

maneira tão aparentemente natural da história da literatura brasileira: “desapareceram excluídas do cânone por uma historiografia e uma crítica de perspectiva masculina, que sistematicamente eliminou as mulheres do cenário das letras” (Duarte, 2018, p. 3). Há um corporativismo claro nessa relação que o sistema patriarcal empenha com as posições de renome da sociedade: “a união faz a força”, e essa força esmaga os pequenos diante da majoritariedade da voz masculina branca. No mesmo texto, a pesquisadora nos fala sobre o termo “memoricídio”, que é:

o sistemático apagamento da memória cultural. No caso das mulheres isso ocorre (ou ocorreu) com muito mais virulência, pois não só seus textos literários foram ignorados, como também sua produção jornalística, sua história de luta e resistência (Duarte, 2018, p. 13).

Ou seja, nossa sociedade acostumada a ignorar os avanços político-sociais que alcançávamos, apagava da nossa história essa parte cultural da escrita da mulher, deixando de lado não só a perspectiva viva de uma personalidade esquecida socialmente, como também a grandiosidade de um feito transgressor para o século XIX. Sendo ainda hoje tempos difíceis para mulheres nas várias vertentes que regem a vida social, reitero as dificuldades da mulher do século XIX, que, além de estar num tempo podador de sentimentos “selvagens” femininos, caçava as que por sorte conseguiam sobreviver a esses experimentos insanos⁷, que era viver sendo mulher.

Essas tais mulheres, a quem faço alusão, são deixadas de lado durante todo o ensino da história da literatura nas escolas; digo por própria vivência, pois antes da experiência acadêmica eu mal sabia o nome de um terço delas. Se ouvi durante toda minha educação básica sobre mulheres, foram as que conseguiram, por sorte ou muita insistência, permanecer na memória da nossa sociedade depois do século XX. Tão poucas estas que poderia contar seus nomes com os dedos de uma única mão.

As escritoras brasileiras do século XIX foram negligenciadas pela historiografia literária, e hoje, aos poucos, vêm sendo resgatadas por pesquisadores e pesquisadoras. Questiono-me a razão de tal assassinato da memória da nossa literatura e logo sou levada à ideia que é sempre retomada pelos inúmeros críticos e críticas de gênero, e que também tem a ver com a maneira como as mulheres sempre foram invalidadas na nossa história social: os reflexos desse comportamento patriarcal estão presentes também na literatura.

⁷ Menciono o texto *Psiquiatria e feminilidade* de Magali Engel (2000), que trata sobre como as mulheres foram negligenciadas do ponto de vista psiquiátrico por apresentarem comportamentos fora do padrão esperado da época.

Esse momento de transição de uma sociedade majoritariamente enunciada por homens para uma realidade comum reivindicada pelas mulheres não deve, de qualquer maneira, ser esquecida por nós, estudiosos e estudiosas da literatura brasileira. O passo que damos, mesmo que aparentemente singelo, representa um significativo avanço em uma sociedade tradicionalmente patriarcal, sociedade essa que reproduz na mulher fictícia o papel de musa e deusa em que as mulheres foram congeladas nos primórdios literários. Para que possamos refletir sobre a importância social da escrita da mulher observa-se que:

Na história brasileira, encontram-se poucos registros referentes à vida, lutas, histórias das mulheres, até porque a história foi escrita pelos homens. Assim, mesmo a mulher sendo protagonista de lutas para a conquista de direitos, seu nome não aparece, ou muito pouco, desde a época da colonização. Este cenário somente é alterado quando a própria mulher se desafia a escrever em revistas e periódicos o que, conforme Teles (2003), inicia no período de 1850 até 1934, quando se dá a conquista do voto feminino (Muller; Besing, p. 34, 2018).

A escrita feminina surge como forma de resgate da identidade dessas mulheres que buscavam, inicialmente, apenas inserção social e visibilidade como parte comum da sociedade, desfazendo o misticismo envolto em sua existência e trazendo à tona suas vontades e lutas igualmente sentidas e sofridas como qualquer indivíduo. “Para poder tornar-se criadora, a mulher teria de matar o anjo doce do lar [...] e teria de enfrentar a sombra [...], o monstro da rebeldia e desobediência” (Telles, p. 408. 2000).

Importa, para nós, entendermos que o reconhecimento da mulher como autora representa muito mais que um avanço na literatura, diz respeito também ao avanço social que a luta pela representatividade feminina conquistou; e, além da conquista político-social, há aqui um cenário em que a mulher não apenas pode usar a sua voz, mas também exercitar a criatividade para criar histórias ficcionais, ao invés de apenas relatar suas experiências de luta. Para que as mulheres conseguissem de vez esse papel de protagonista na criação ficcional, elas tiveram de enfrentar um período muito longo e desafiador. No Modernismo, tivemos autoras que conseguiram certo reconhecimento por seus espaços, como exemplo temos Clarice

Lispector ⁸(1920-1977), Rachel de Queiroz ⁹(1910-2003) e Júlia Lopes de Almeida ¹⁰(1862-1934), nomes conhecidos e aclamados pela crítica do período.

Para mulheres negras e/ou pobres, esse processo demorou ainda mais, levando em conta que estiveram em ascensão mulheres brancas e de famílias ricas e renomadas na sociedade, já que eram alfabetizadas e letradas. Nesse cenário, podemos mencionar Maria Firmina dos Reis¹¹ (1822-1917), considerada a primeira romancista negra do Brasil, que só pôde ter reconhecimento de sua escrita a partir dos pesquisadores que trouxeram à tona seus escritos antes desconhecidos, visto que até os dias de hoje pouco se sabe sobre os estudos de sua obra nas escolas, por exemplo, e apenas na academia recentemente vem sendo estudada.

A dupla marginalização da mulher negra imprime a seus escritos características próprias, tanto no tocante à sua produção quanto à sua circulação. De forma sucinta, podemos mencionar que entre escritoras negras, apesar do romance de Maria Firminina dos Reis, Úrsula (1859), publicado no século XIX, grande parte da literatura produzida por esse grupo duplamente

⁸ “De acordo com Afrânio Coutinho (1986, p. 526), Clarice Lispector é renomada e conceituada dentro da literatura nacional em virtude da introspecção das suas obras, fato raro na literatura moderna. Assim como Alfredo Bosi (2006), Coutinho também destaca que, a linguagem da escritora traz em si um diferencial, uma originalidade, uma verdadeira renovação, capaz de mudar as tradicionais formas de escrita: Estilisticamente, Lispector está no primeiro plano dos escritores brasileiros. Trechos seus indicam uma aguda percepção de detalhe, que têm como condição o dismantelo da lógica prosaica e a construção de uma prosa mais afim do poético. No entanto, pela intelectualização delirante dos personagens, que muitas vezes parecem antes figuras de pensamento que entes humanos, pelo falseamento consequente da sua conduta, pela falta de respeito à autonomia do personagem e pela redução da realidade à sua dimensão subjetivo-intelectualizante, não se pode crer que aquela colocação, de um ponto de vista de totalidade, seja correta (COUTINHO, 1986, p. 530)” (Bichuette, Coelho, 2014, p. 218).

⁹ “Além do gênero, feminino, Rachel se distanciará da fórmula regionalista que desgastou a inventividade da segunda fase modernista. Mesmo que suas personagens sejam ambientadas e possuam traços identitários do Nordeste brasileiro, a romancista rompe os limites geográficos de sua ficção porque os desejos, medos e dramas humanos que representa são universais, como já o apontou Adolfo Casais Monteiro, ao comentar *O quinze*. Para Monteiro (s/d.:7-8): a consciência dos problemas jamais deu talento a romancista nenhum; o talento está primeiro, e só por ele os problemas se tornam visíveis - se o autor é capaz de não falar em problemas, mas em existências, em casos humanos, nas coisas de todos os dias. Nós julgamos ver lá o problema; mas é um erro: o que o romancista nos oferece é o contraste, o choque das vidas, os encontros e os desencontros; e o patético, como o dos retirantes de *O quinze* vem de cada um deles ser uma existência tornada presente, posta diante de nós sem ar de lição, mas como imagem da vida” (Oliva, 2014, p. 290).

¹⁰ “Mais tarde, em 1956, o nome da escritora vem à tona nas páginas de A vida literária no Brasil-1900, através da severa investigação de Brito Broca. O pesquisador menciona Dona Júlia como uma das primeiras escritoras do Brasil, chamando atenção para a desenvoltura da artista em relação à composição de diversificados gêneros literários, dentre os quais destacou os contos, crônicas e romances. Ao citar Júlia Lopes de Almeida em sua pesquisa, Brito Broca aponta para as dificuldades encontradas pelas mulheres de letras contemporâneas à escritora, fato tal que começa a abrir espaço para discussões acerca do apagamento do cânone literário de outras companheiras de ofício de Dona Júlia” (Figueiredo, s/d, p. 4.).

¹¹ “Entusiasmado com toda sua pesquisa, Nascimento Morais Filho consegue reposicionar Maria Firmina dos Reis junto à historiografia crítica literária, denominando-a a primeira romancista do Brasil. Isso significa que Úrsula é o primeiro romance a ser escrito por uma mulher. Mas não só isso: a escritora é uma mulher negra, nordestina, cujo discurso abolicionista para a época em si já é um feito extraordinário, algo também pontuado por Nascimento Morais Filho” (Garrido, 2022, p. 4).

discriminado tem sido publicada em canais alternativos. Assim, dentre as escritoras a quem essas “associações literárias” ou “editoras alternativas” têm dado voz, destacamos Miriam Alves, Sônia Fátima da Conceição, Lia Vieira, Marta Monteiro e a jornalista Esmeralda Ribeiro (Santos; Wielewicksi, 2009, p. 334).

Por muito tempo, as mulheres foram questionadas quando decidiam seguir carreira diferente da que a sociedade almejava: do lar, mãe e “bem” casada. Como Ana Helena Cizzoto Belline menciona em seu texto *Literatura didática e ficção feminina no fim do século XIX* (1999), quando uma mulher era elogiada no mundo da literatura, os críticos buscavam sempre associar a figura feminina aos papéis supracitados. Uma escritora que era uma excelente mãe, uma esposa exemplar e uma dona do lar copiosa. Ou, ainda, comparava os talentos de uma mulher com os de homens, como se só pudessem ser boas escritoras aquelas cuja escrita se assemelhasse com as características masculinas, conforme se vê na citação a seguir, sobre a escrita de Maria Amália Vaz de Carvalho (1847 – 1921):

Afirma-se que escrevia tão perfeitamente como um homem "cheio de experiência, de bom senso e do mais fino critério", que era necessário conferir-se a assinatura de um artigo seu para convencer-se da sua identidade (Figueiredo apud Belline, 1999 p. 342).

Dessa maneira, podemos compreender ainda mais claramente como a sociedade encarava o papel da escritora no século XIX. Além disso, ressaltamos que as características tradicionais do papel da mulher eram, para além de uma exaltação, uma maneira de reverter os preconceitos que as escritoras sofriam no período, suavizando assim o impacto que sofreriam os que fossem ler tais críticas elogiosas sobre uma mulher que escrevia. Ainda sob o olhar de Belline, para o crítico literário da época, Augusto de Castro, existiam três tipos de escritoras: a escritora-mulher, que escrevia como alguém que transgride as leis esperadas; a escritora-homem, que escreve com o mesmo intelecto e talento masculino; e a escritora-senhora, que valoriza os princípios femininos do período, ou seja, ser mãe e esposa. A preferência era para aquelas que apresentassem as características da terceira, que condizia com a moral tradicional esperada na época.

Levando isso em consideração, entendemos que a mulher só escreveria bem se cumprisse com os ideais de boa esposa e boa mãe pregados na sociedade, uma vez que seu fazer narrativo não era considerado seu maior feito, mas sim seu fazer familiar. Para a crítica feminina, esse tipo de análise, que não separa a autora de sua vida pessoal, é considerada discriminatória, segundo Belline (1999).

Considero pertinente observarmos que, obrigatoriamente, as mulheres precisaram “lutar” para que fosse possível serem vistas como alguém para além de sua função social em uma sociedade patriarcal. As mulheres personagens de destaque presentes em obras da nossa literatura brasileira sempre ocuparam papéis exímios como mães, esposas e boas filhas; do contrário, encontravam fins terríveis e sofridos. Quando adúlteras, filhas desobedientes ou transgressoras políticas, como pode ser facilmente observado na literatura de autoria masculina, as representações de personagens femininas tinham fins trágicos, uma vez que contrariavam as normas previstas na sociedade. Isso é observável, por exemplo, no livro *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto (2019), uma vez que a personagem principal, sendo finalmente uma mulher (novidade na época da primeira publicação 1881), decide seguir seus instintos e se deixa levar pelo desejo da carne, desobedecendo seus pais, e, por conseguinte, acabando sozinha, triste e mal vista na sociedade.

Essa luta mencionada pode ser estudada no sentido literal ou mesmo no sentido metafórico da palavra, já que, considerando os avanços que os estudos nos permitem, as mulheres, hoje, têm alçado lugares antes jamais imaginados. O espaço político que o gênero feminino ocupa, por exemplo, retrata uma conquista que vai além de uma causa feminista, mas que permite representar uma vitória significativa de uma batalha pertencente a uma guerra ainda em curso; espaço este possível devido à eficácia, persistência e resiliência das nossas ancestrais, que não mediram esforços para que pudéssemos ter voz.

Saliento a necessidade de termos olhares atentos para essas mulheres que, através da literatura, trespassam pela nossa história ancestral de luta e de muita coragem para, além de escrever, mostrar para o mundo que, mais que apenas segurar uma vassoura ou uma colher de pau, conseguimos erguer a caneta e desdobrar esse papel amassado que nos deram antes mesmo de pensarmos em resistir para começarmos a existir na sociedade (Nogueira, 2022).

II – O MEMORIAL DO MEMORICÍCIO: NARRATIVAS DE REAVIVAMENTO E RESGATE ARQUIVÍSTICO DA ESCRITA FEMININA

"Por isto: o que não quero é escrever meramente; não penso em deliciar o leitor escorrendo-lhe n'alma o mel do sentimento, nem em dar-lhe comoções de espanto e de imprevisto. Pouco me importo de florir a frase, fazê-la cantante ou rude, recortá-la a buril ou golpeá-la a machado; o que quero é achar um engaste novo onde encrave as minhas idéias, seguras e claras como diamantes: o que quero é criar todo meu livro, pensamento e forma, fazê-lo fora desta arte de escrever já tão banalizada, onde me embaraço com raiva de não saber nada de melhor. [...] Quero escrever um livro novo, arrancado do meu sangue e do meu sonho, vivo, palpitante, com todos os retalhos de céu e de inferno que sinto dentro de mim; livro rebelde sem adulações, digno de um homem." (Júlia Lopes de Almeida, 1903).



O que é memória?

Para o dicionário Houaiss, na aba principal da pesquisa, encontramos dezenove definições básicas, das quais apenas algumas dizem respeito a essa pesquisa:

- 1 faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo q uanto se ache associado aos mesmos *«perder a m.» «falha de m.» «uma m. boa ou má»*
- 2 lembrança que alguém deixa de si, quando ausente ou após sua morte, mer cê de seus feitos (bons ou maus), qualidades, defeitos etc.; nome, reputação *«a m. de um homem é ora caluniada ora defendida, ora desonrada ora reabili tada» «meu avô, homem de boa m., deixou saudade quando partiu»*
- 2.1 *ant.* celebridade, fama
- 3 aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; le mbrança, reminiscência *«ficaram-me terríveis m. daqueles tempos de privação» «a m. de um dia encantador» «t udo fora varrido dali para que qualquer m. dele fosse apagada»*
- 4 *p.met.* monumento erigido para celebrar feito ou pessoa memorável
- 5 *ant.* anel dado para comemorar a lembrança de alguém ou algum fato espe cial
- [...]
- 8 (1783) *p.us.* exposição escrita ou oral de um acontecimento ou de uma séri e de acontecimentos mais ou menos sequenciados; relato, narração *«está pen sando em escrever uma m. de suas aventuras pelo Oriente»*
- 8.1 dissertação sobre um assunto ou uma matéria de ciência, de erudição, par a ser apresentada num congresso, a uma sociedade científica, artística, cultural
- 9 papel onde se anota o que não se pode esquecer; lembrete, memento
- 10 *p.met.* aquilo que se anota para não esquecer; apontamento, lembrete, me mento
- [...]
- 13 *físl, psic* faculdade de conservar as modificações sofridas pelo organismo com possibilidade de reproduzir a ação que as provocou
- [...]
- 18 *psic* função geral que consiste em reviver ou restabelecer experiências pas sadas com maior ou menor consciência de que a experiência do momento pr esente é um ato de revivescimento *«m. auditiva, visual, gustativa, sensorial»*
- 19 *psic* termo geral e global para designar as possibilidades, condições e limi tes da fixação da experiência, retenção, reconhecimento e evocação (Houaiss, acessado 2024)

Além disso, a aba sobre a etimologia da palavra resume memória em:

lat. *memória*, *ae* no sentido de 'memória', de *mēmōr*; *ōris* no sentido de 'aquele que se lembra, que se recorda'; ver *memor*-; f.hist. sXIII *memorya*, sXIV *memoria*, sXIV *memorja*, sXV *memorea* (Houaiss, acesso em 2024).

Mas para quê trazer à tona o sentido dessa palavra? A resposta para essa pergunta é conectar a minha pesquisa às histórias que as palavras são capazes de conservar. Há um

provérbio em latim que diz *verba volant, scripta manent*, que, traduzindo secamente, seria “as palavras voam, as escritas ficam”, esse dizer faz-me refletir sobre os processos pelos quais passamos como indivíduos, para que tenhamos uma memória, pois para que se tenha uma lembrança é necessário antes algo que possa ser preservado, como é o caso da escrita. Para que seja possível a construção de um arquivo interno, é preciso antes uma vivência, precisa-se da experiência de alguém, para que assim haja repertório, levando à construção de um emaranhado que se nomeiam memórias.

2.1. A MEMÓRIA

Faz-se importante para nós o entendimento da construção de uma memória, pois, embora o estudo a respeito dela remeta a áreas da ciência que fogem da nossa proposta, como a psicologia ou mesmo a neurociência, é pertinente que compreendamos o conceito mínimo da construção social de uma memória em alguns pontos de vista que corroborarão a análise feita. Segundo Le Goff (1990, p. 424), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Desse modo, entendemos que a noção que possuímos da palavra memória está intrinsecamente relacionada à ideia que damos ao conceito de passado, uma vez que precisamos retornar ao transcorrido para que haja o exercício de rememorar.

Primeiramente, uma noção mínima leva-me a questionar os parâmetros que constroem nossa memória, pois, levando em consideração que nossa história, de maneira geral, foi construída por outros que vieram antes de nós, posso afirmar que nossas memórias podem ser manipuladas, como bem observado por Jean-Pierre Changeux (1972), citado por (Le Goff, 1990, p. 425): “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”. Dessa forma, ao experienciarmos os eventos de nossas vidas e de outrem, através da leitura, por exemplo, podemos inserir novas concepções sobre o que foi vivido ou lido, ou mesmo novos detalhes que nosso inconsciente considerar pertinente para colaborar com o processo de memorização. Outrossim, a construção de nossa memória sobre nós mesmos e sobre os outros subordina-se a processos psíquicos que vão além da nossa experiência, abrangendo ou não mecanismos da linguagem de adulteração do produto original. Haja vista a observação da memória como um processo relacionado a linguagem, Henri Atlan, filósofo mencionado por Le Goff, disserta:

Deste modo, Henri Atlan, estudando os sistemas auto-organizadores, aproxima "linguagens e memórias"; "A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória" [1972, p. 461] (Atlan apud Le Goff, 1990, p. 425-426).

Portanto, ao traçar um paralelo entre a memória e a linguagem, ou a comunicação, faz-se um apontamento significativo sobre a experiência da memória, considerando que o ato de recordar está intimamente relacionado à ação de criar. Este "comportamento narrativo", mencionado por Pierre Janet, expressa a relevância da narração como base pioneira da recordação, pois, quando narramos, evidenciamos as partes que consideramos de maior relevância na "contação" de uma história, percebendo o que de mais interessante prenderá a atenção do nosso interlocutor. Ou seja, esse processo é o que, aparentemente, acontece no órgão responsável pelas nossas memórias, que, de uma maneira orgânica, separa os elementos mais relevantes de nossas experiências, aprimorando ou ocultando informações, de maneira que nosso processo de lembrar se torne mais verossímil e cativante.

Por outro lado, importa para essa pesquisa ressaltar a importância da existência do esquecimento para que de fato faça-se pertinente um ato de resgate. Também para a memória é importante que se estude o esquecimento, uma vez que o processo de esquecer permeia as nuances do lembrar:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 427).

Tal desdobramento sobre o poderio social revela, mais uma vez, a pertinência desse tópico, visto que encontramos uma justificativa para a existência do memoricídio literário, considerando o período em que as mulheres eram vistas como uma ameaça às condutas sociais esperadas do século XIX. Dessa forma, podemos abranger nossa análise de maneira que nos faça refletir sobre a ação de provocar o esquecimento cultural de uma literatura feminina, a qual

reverte-se em um período, felizmente curto, de apagão do empoderamento de mulheres que pudessem de alguma maneira alterar as propostas de ideais sociais daquele tempo. Sem vestígios não há memória.

A criação da imprensa possibilitou uma nova perpetuação de memória, para Le Goff (1990), dado que a transição da comunicação oral para uma comunicação também impressa permite uma acepção do texto, tanto os escritos antigos, que naquele contexto se perpetuaram a partir da escrita, quanto os novos textos que seriam grafados para a eternidade: “Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual;” (Le Goff, 1990, p. 458), ou seja, os arquivos do “eu” tornam-se parte dos arquivos que constituem coletivamente a construção do “nós”. O autor ainda disserta sobre os avanços da memória e de captação dessa, mencionando os memoriais (em um aspecto mais fúnebre e saudosista aos mortos) e as fotografias, levantando ainda um questionamento importante:

Acrescentemos a estas linhas penetrantes uma correção e uma adição. O pai nem sempre é retratista da família: a mãe o é muitas vezes. Devemos ver aí um vestígio da função feminina de conservação da lembrança ou, pelo contrário, uma conquista da memória do grupo pelo feminismo? (Le Goff, 1990, p. 467).

Mencionar a mulher neste papel de quem registra leva-me a questionar ainda mais sobre sua aparição na história, em razão de que, enquanto “fotógrafa”, que congela cronologicamente um momento a partir da fotografia, sua existência torna-se ocultada, por não aparecer na cena registrada. Todavia, ainda que um posto que invisibiliza quem o faz, o lugar da mãe como um símbolo de conservação da memória diz muito sobre a sua função de detentora das vivências familiares; um registro que começa, possivelmente, nas fotografias e pouco a pouco ganha espaço nas linhas de um caderno antes engavetado.

É substancial para nós repararmos que os avanços sociais que vieram com o passar cronológico contribuíram, e muito, na produção de arquivos, o que por consequência permite a memória. Pierre Nora, ainda sob o viés de Le Goff (1990), menciona esses avanços, uma vez que aborda a dualidade da construção memorativa, considerando os elementos novos como “contemporâneos” e o processo de reviver como “retrospectivo”; esse método permite que as experiências individuais se concretizem na memória social ou “coletiva”, permitindo que um processo singular torne-se comunitário. Nora ainda cita os espaços como referência desse memorial coletivo, destacando lugares as bibliotecas, os arquivos e os museus como receptáculos dessa construção da memoração:

[...] em proveito dos tempos vividos múltiplos "nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo" (lingüística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva. "Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história". Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: 'Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória' (Nora apud Le Goff, 1990, p. 474).

Desse modo, cabe a nós reconhecermos a importância desses avanços. Entretanto, é indispensável o estudo dos arquivos que de fato carregam as histórias que constroem a memória coletiva civil, porquanto são nesses meios que encontramos as respostas para as indagações que surgem durante a construção de nosso pensamento social e, por conseguinte, da nossa própria memória.

Tendo em vista a função da memória, é importante destacar que é a partir da confecção do que é o outro que estabelecemos por concreto os fundamentos do eu: "A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (Le Goff, 1990, p. 477), ou seja, na tradição e rememoração desta é que encontramos essencialmente os princípios que constroem nossas identidades, pois carregamos as lembranças dos precursores de nossa história. Não se pode esquecer ainda, segundo o autor, que a memória não deve ser menosprezada, pois, além do mencionado, é um "objeto de poder", fato relevante, já que é sobre isso que falamos durante o desenvolvimento dessa reflexão. Jô Gondar traz sua conclusão sobre a memória em seu texto "Memória individual, memória coletiva, memória social" de 2008:

Pensar a memória como relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro – como pretende ser a situação analítica, por exemplo – o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza (Gondar, 2008, p. 6,).

Portanto, podemos considerar que a pesquisa de memórias, feita por essas pesquisadoras nesse livro que estudaremos, é um trabalho que vai além do resgate e beira as margens da própria criação, posto que muitas vezes elas trabalham com informações vagas e vestígios pouco confiáveis, já que o passado foi tão severo com a imagem da mulher como protagonista e autora de suas histórias. Desse modo, é pertinente destacar o lugar de escritoras que essas próprias pesquisadoras ocupam, uma vez que interpretam a vida e a obra dessas autoras desmemoriadas na sociedade e revivem suas histórias, reescrevendo seus lugares no mundo e permitindo, assim, que um processo individual seja, para seus leitores, uma experiência coletiva em quaisquer tempos que se leiam.

2.2 O ARQUIVO

Entender o que é um arquivo é o ponto de partida para identificarmos a importância dele na construção da memória e consequentemente na preservação da história. Para os pesquisadores do tema, arquivo, memória e história são três entidades concernentes, considerando que o arquivo reproduz uma memória que constitui a história. Em seu texto “Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault”, Rafael Lazzarotto Simioni (2016) apresenta o conceito de arquivo na perspectiva de Foucault (1996):

Arquivo, para Foucault (1996, p. 169), é o sistema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas. O arquivo é a lei do que pode e do que não pode ser dito (Foucault, 1996, p. 170). Não se trata, portanto, de arquivo no sentido apenas de registro histórico, de soma de textos guardados para a posteridade. Também não se trata apenas de instituições de guarda e conservação de memórias. O arquivo é um sistema de discursividade que estabelece uma conexão de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os demais. É um sistema de discursividade que seleciona o que vai ser conectado à história e o que vai ser dela excluído.

O arquivo não é memória no sentido de um registro que torna presente um fato ausente, um fato já perdido no passado distante. Tampouco é uma instituição de conservação daquilo que merece ser conservado para o futuro. O arquivo, para Foucault, é aquilo que define o que merece ser memorizado - e o que merece ser esquecido. É aquilo que determina o que deve ser conservado - e o que deve ser abandonado. É o sistema de discursividade que separa o que merece ser arquivado como história e o que deve ser esquecido. O arquivo regula o que deve ser considerado tradição e o que deve cair no esquecimento (Simioni, 2016, p. 178).

Desse modo, em conformidade com o que é observado por Simioni, o arquivo, para Foucault, ultrapassa o viés desse como uma ferramenta de construção de memória e, mais uma

vez, ocupa um espaço rico no campo da linguagem, no que diz respeito a discursividade, pois permite que seja medido o que deve ser conservado e o que deve ser esquecido.

A problemática que permeia essa noção de arquivo está em estabelecer o filtro entre o que importa ou não estar na história, já que, como temos bem observado, muitas mulheres ficaram à margem a partir desse mesmo sistema de escolha. E isso me faz questionar sobre esse lugar de decisão sempre direcionado aos homens da nossa sociedade, posto que foram eles os detentores desse poder nos séculos passados. Dessa forma, compreendo que a noção de Foucault seja coerente, uma vez que os arquivos ocuparam sim esse lugar de filtro, o que permite que ainda hoje possamos estudar essas autoras que um dia foram apagadas, visto que através da pesquisa de arquivos suas memórias são resgatadas. Nesse ponto, Simioni completa:

Mas o arquivo não apenas regula a conexão entre enunciados – com a exclusão de outros. Ele também regula a sua própria transformação. O arquivo regula inclusive o que merece ser arquivado – e o que merece ser esquecido – no futuro. Por isso, Foucault (1996, p. 171) sublinha que o arquivo “é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”. Ele regula tanto a formação quanto a transformação dos enunciados discursivos (Simioni, 2016, p.179).

Ou seja, partindo desse ponto de vista, o arquivo determina ainda sua durabilidade temporal, uma vez que regula esses discursos na história. Entendendo o processo da pesquisa de arquivos, sabemos que os arquivistas se ocupam deste lugar de separação, uma vez que conseguem, a partir de seus estudos, determinar os documentos que fazem sentido para cada momento pesquisado. É importante que saibamos que o papel do pesquisador de arquivos é crucial para a manutenção e construção da memória, já que, sem ele, muitos são os lugares, as obras e as pessoas que deixaríamos de conhecer. A tradição é um caminho longo a ser estudado para que se saiba o que precisa ou não ser conservado ainda na modernidade.

Retomando as noções de memória e esquecimento, deparo-me com as ideias de Paul Ricoeur (2007) que se aprofunda em conceitos essenciais para nosso estudo, já que o esquecimento, como parte importante do memorar, torna-se um sujeito pertinente a ser comentado. Rodrigo Augusto de Souza (2022) resgata de maneira clara sobre o mencionado:

Para Ricoeur (2020), o esquecimento e o perdão estão ligados. Estão unidos e separados. O esquecimento trata da memória e da fidelidade ao passado (fenomenologia da memória e epistemologia da história), enquanto o perdão trata da culpa e da reconciliação com o passado (dimensão ética; a política da justa memória). Por conseguinte, possuem itinerários distintos, mas se entrecruzam num lugar que é um horizonte que representa a “memória apaziguada” ou um “esquecimento feliz” (RICOEUR, 2020, p. 423). A

problemática do esquecimento é mais ampla. A memória apaziguada advém do perdão. Ela é a última etapa de um “percurso do esquecimento”. O percurso culmina na *ars oblivions* (a arte de esquecer) de Harald Weinrich constituída em paralelo com o *ars memorie* (a arte da memória) examinada e celebrada por Frances Yates. O esquecimento está, para Ricoeur, em pé de igualdade com a memória e a história. O esquecimento é “uma inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história” (RICOEUR, 2020, p. 423). Mais ainda, o esquecimento é o emblema da vulnerabilidade da condição histórica ao passo que o problema da memória é o mais vasto, a *ars oblivions* se projeta duplamente sobre a *ars memorie*, a figura da memória feliz (Souza, 2022, p. 248-249).

Isso posto, destaca-se a importância de manter uma relação bem estabelecida entre a memória e o esquecimento, uma vez que, ao trabalhar com o processo de formação da memória e o resgate de vestígios para a reconstrução desta, quando há casos de lacunas no processo de agrupamento de lembranças-esquecimento, é importante saber diferenciar um apagamento manipulado de um “esquecimento feliz”. Dessa forma, surgem inúmeras problemáticas na construção ou reconstrução de uma história, tendo em vista a gravidade do apagão de pistas que pode dificultar – e normalmente o faz – o processo de arquivamento ou reescrita.

Levando esses critérios em consideração, é importante destacar que esse título de “esquecidas” dado às mulheres que escreviam no século XIX é um rótulo muito novo na academia, uma vez que o resgate dessas mulheres na memória literária social é um trabalho ainda recente para a pesquisa. Dado isso, Regina Dalcastagnè (2012) estabelece uma perspectiva peculiar sobre esse não-lugar da invisibilidade em seu livro *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*:

Quando se afirma que algo é invisível, a situação é, de algum modo, tornada objetiva. Ser invisível seria a qualidade de um objeto (uma pessoa, um grupo de pessoas). Mas, talvez, o reverso da invisibilidade seja justamente a dificuldade de enxergar. Passaríamos, então, da pretensa objetividade de uma situação, para o problema da subjetividade do observador. É ele, o observador (que somos cada um de nós, nossos escritores preferidos, nossos melhores narradores) que escolhe (obviamente imerso em sua própria experiência, de classe, de gênero, de vida) o que quer, o que pode (o que queremos, o que podemos) ver. [...] Se negros e pobres apareciam pouco como personagens, como produtores literários eles são quase inexistentes. A partir dessas ausências, foram-se constatando outras, entre as personagens mesmo – das crianças, dos velhos, dos homossexuais, dos deficientes físicos e até das mulheres. Se eles estão pouco presentes no romance atual, são ainda mais reduzidas as suas chances de terem voz ali dentro. Os lugares de fala no interior da narrativa também são monopolizados pelos homens brancos, sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos, de classe média... (Dalcastagnè, 2012, p. 89).

Esse viés sobre quem é despercebido na sociedade esclarece alguns pontos sobre os quais temos discutido, principalmente, no que diz respeito à subjetividade de quem enxerga o mundo estando em uma posição social confortável. Logicamente, posto que nos séculos passados homens de classe média ocupavam, em sua maioria, espaços convenientes a eles, era comum não enxergar as desigualdades que o sexo oposto enfrentava, uma vez que, muito provavelmente, as mulheres que os rodeavam pareciam dóceis, o que traduziam como satisfeitas em seus lugares de mães, esposas e domésticas. Nessa perspectiva, o esquecimento da classe feminina era algo popular. Ademais, esse ponto de vista também corrobora para que os arquivos escritos por mulheres não fossem tão valorizados no período, já que não era uma prática costumeira das mulheres.

O lugar de escritora no antigo Brasil é ainda visto como uma “cartada de sorte”, pois você precisaria que tudo conspirasse a seu favor para fazer sucesso, ou mesmo que todos fossem contra sua escrita para que, pelo menos, falassem sobre você, caso em que cito Hilda Hilst (1930-2004), famosa por seus escritos polêmicos e reconhecida literariamente apenas após a sua morte, quando sua transgressão foi vista como arma de resistência – destaco a distância entre o século XIX e os séculos XX e XXI, período em que a autora viveu, já que se esperava uma evolução quanto aos preconceitos de gênero entre um tempo e outro. Dalcastangnè (2012) continua com sua reflexão em livro já citado:

[...] A produção literária das mulheres ainda é rotulada como literatura feminina, que se contrapõe à literatura *tout court*, já que não se julga necessário o adjetivo masculina para singularizar a produção dos homens. Portanto, cada escritora tende a ser vista como representante de uma certa dicção feminina típica, em vez de reconhecida como dona de uma voz autoral própria. Além disso, determinados estilos e temáticas continuam sendo percebidos como mais apropriados às mulheres, enquanto outros ficam praticamente como áreas interditadas (Dalcastangnè, 2012, p.96).

Um ponto que importa para nós discutirmos é que, muitas das vezes, a escrita de mulheres, mesmo quando nos referimos à ficção, é vista com esse rótulo de resistência, a exemplo de Hilda Hilst, à qual me referi. Compreendemos, então, que há uma incansável luta das mulheres, mesmo que invisível, para conquistarem o direito de ocupar qualquer lugar que seja, por isso tudo que criam acaba virando símbolo de alguma batalha que nem sempre pretendem travar.

A autobiografia, por exemplo, é uma temática muito discutida nos textos de autoria feminina, uma vez que muitos pesquisadores não conseguem diferenciar as autoras das personagens, e acabam interpretando a vida da autora na sua criação, o que pode ser explicado devido ao exílio interno que muitas mulheres foram obrigadas a viver por tanto tempo. Consequentemente, quando lemos as ficções feitas por essas mulheres, esperamos encontrar ali um pouco de desabafo sobre árduo período vivido. Portanto, a própria necessidade de precisarmos rotular a literatura que é feita por mulheres, em conformidade com Dalcastangnè, já é um sinal da diferença entre os arquivos produzidos por homens e os confeccionados pelas mulheres.

2.3 O MEMORIAL

O Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história é um livro organizado pela pesquisadora Constância Lima Duarte. Publicado em 2022 pela editora Luas, a obra apresenta quarenta autoras resgatadas de diversos momentos literários brasileiros. Além disso, convém mencionar que as pesquisas que resultaram nesse livro são realizadas especialmente por mulheres. O intuito em iniciar este segundo capítulo com a definição de memória retoma a proposta feita pela organizadora do livro, que na página 1, apresenta o conceito de “memorial”.

Memorial

Etm. do latim: memoriale

n.m.

1. Designação da narração de acontecimentos ou pessoas que são inesquecíveis; memoráveis;
2. Livro utilizado para apontar as coisas que alguém não quer esquecer;
3. Denominação atribuída ao monumento edificado em homenagem ou lembrança de algum indivíduo ou de determinado acontecimento;

adj.m. e adj.f.

4. Respeitante ou pertencente à memória;
5. Merecedor de permanecer na memória; diz-se do que é inesquecível ou memorável.

Figura 1: Página 1 do livro Memorial do Memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história, organizado pela pesquisadora Constância Lima Duarte (2022).

Para que haja um memorial, reflito que antes precisa haver uma memória, entretanto, muitas vezes, essa memória ainda não pode ser plenamente acessada, uma vez que muitos vestígios do que precisa ser memorado foram ocultados de nossa vivência, que é o caso do memoricídio discutido no capítulo anterior.

Sabemos sobre o sistema estabelecido pelos indivíduos para auxiliá-los em suas vivências. Ou seja, determinando espaços temporais que integram a nossa bagagem cultural, preservando nossos conhecimentos sobre determinados períodos e conservando em nossos grupos sociais tradições que perpassam de geração a geração. Nesse viés, o crítico brasileiro Antonio Candido (1997) disserta sobre a perspectiva da literatura como um sistema de

continuidade ininterrupta de escritores, ou seja, os arquivos deixados pelos precursores literários fomentam o nascimento de novos arquivos que vão sendo produzidos pelos autores contemporâneos. Arquivos estes, que aqui renomeio *vestígios*. Compactuando, pois, com essa noção sistemática literária e associando tal evidência ao campo da pesquisa acadêmica, essa noção sistêmica de continuidade também é encontrada em grupos de pesquisas científicas: doravante o trabalho do arquivista – que avalia, conserva e divulga arquivos –, os pesquisadores de arquivos analisam, filtram e geram novos documentos arquivísticos, que ainda possibilitam a criação de tantos outros textos como material bibliográfico de apoio. Torna-se, portanto, um sistema contínuo de produção de arquivos, bem como um processo geracional de memórias, seja na perpetuação destas, seja no resgate de tantas outras que foram forçadas com o tempo.

A construção da memória é parte fundamental no processo de edificação do ser humano. Carregamos conosco uma bagagem repleta de costumes, símbolos e informações que nos foram repassadas e condicionadas a fazerem parte fixa de nossas vivências e escolhas. Para que seja exequível consumir tais itens dessa bagagem, faz-se necessário que alguém os tenha vivido e tenha encontrado um jeito de conservar esses elementos, para que fosse possível o seu acesso contínuo ou posterior. Eis que temos um arquivo, material de apoio que embasa nossas memórias e as de outrem. A partir destes, acessamos memórias e, com base nas memórias, construímos arquivos, uma conexão e atividade mútua realizada diariamente.

Primeiramente, podemos analisar o que orienta Jacques Derrida quando sugere estudarmos o conceito de arquivo pela própria palavra que originou o nome que conhecemos: “arkhê”. Nome este que designa o “começo” e o “comando”, cuja função parte de dois princípios, sendo eles o princípio “ontológico” e o princípio “nomológico”. Tais princípios instituem conexão de história e estabelecimento, ou seja, demarcam não apenas o tempo historicamente, mas também instauram fisicamente o espaço. Assim sendo, percebemos a importância do arquivo para a construção da memória individual ou coletiva. Um arquivo transforma o ambiente e a história, e a memória permite a lembrança dessas mudanças e a perspectiva de novas a partir destas.

O texto “Quem fala como mulher na literatura de mulheres”, de Liane Schneider (2006), reflete sobre a discussão de uma identidade feminina, trazendo em foco a citação a respeito do que seria identidade de Ann Phoenix: “sempre em processo, ao invés de concluídas ou fixas” (Phoenix apud Schneider, 1998, p. 148). Essa afirmação me permite trazer uma análise do processo de construção arquivístico, uma vez que tal processo, observando o que trouxemos anteriormente, é um mecanismo de criação contínuo e inacabado. Esse discurso permite-nos

enxergar a conformidade do apontado por Reinaldo Marques, 2019, que debruça sobre a função de um pesquisador de arquivos literários, salientando que sua tarefa é determinada com o intuito de analisar justamente esse patrimônio cultural inacabado deixado pelos autores. Ou seja, é possível perceber que o trabalho de um arquivista é circular, considerando que o processo de resgate e reconstrução das narrativas verídicas das autoras é um transcurso ininterrupto.

Para isso, é de suma importância que esse pesquisador conheça o arquivo de seu “pesquisado”, além de saber de seus interesses a partir dos vestígios encontrados em seu conjunto de memórias, bem como espera-se que seu acervo interno de conhecimento seja abrangente a diversas áreas do saber. Adicionalmente, o trabalho de arquivar-se é uma tarefa inconclusiva, considerando que o “eu” permanece até o fim de sua existência produzindo, manipulando e desfazendo-se de informações que integram esse acervo: “Ao se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país” (Marques, 2003, p. 7). Ademais, quando uma mulher escrevia, por vezes no segredo de seu lar, subtende-se que seu desejo era vencer mais do que o próprio tempo, mas concretizar na memória um exercício que poderia vir a se tornar hábito na vida de outras futuras mulheres.

Por se tratar de um elemento chave para que discutamos a memória da mulher na sociedade, as fontes, as quais chamaremos também de documentos ou arquivos, são parte crucial na preservação da identidade feminina. Entretanto, os arquivos aos quais temos acesso são, por vezes, fontes não confiáveis:

Longe portanto de serem receptáculos apáticos, os arquivos são ao mesmo tempo produtos e produtores de hierarquizações sociais. Se por um lado materializam as escolhas sobre o que deve ser preservado e, portanto, celebrado, monumentalizado, por outro são também a encarnação de um longo processo de exclusões geralmente levado a cabo de maneira silenciosa, imperceptível, naturalizada. As pesquisas realizadas em torno dos arquivos geralmente partem daquilo que eles “possuem”, das fontes ali reunidas. Pouco se pergunta sobre suas ausências, ou seja, sobre os nomes que não foram retidos, sobre os grupos sociais não representados (Simione; Eleutério, 2018, p. 21).

Ou seja, os materiais que restam para que haja a pesquisa de resgate também são provas que podem ter sido manipuladas ao longo de sua existência, considerando o histórico social da civilização de queimar papéis quaisquer que sejam. Dessa maneira, o trabalho do pesquisador se torna um processo árduo, já que reunir informações sobre alguém que tenha sido apagado, sem provas confiáveis, torna tudo muito mais difícil. Eis alguns dados pertinentes sobre os

arquivos de mulheres que Ana Paula Simione e Maria de Lourdes Eleutério, em seu texto “Mulheres, arquivos e memórias” (2018), trazem para nós:

Analisando o caso do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Patrícia W. Martinho assinala que, dentre os 166 arquivos reunidos, apenas sete são femininos, e em ao menos três casos os nomes não possuem atividades associadas, ou seja, figuram ali na medida em que se trata de esposas ou filhas de grandes personalidades públicas, as quais são, é claro, masculinas. Tendo em vista que se trata de arquivos ligados geralmente à vida política do Brasil, da qual as mulheres só começaram a fazer parte tardiamente, na década de 1930, seja como eleitoras, seja, ainda mais difícil, como representantes eleitas, é compreensível que o arquivo espelhe essa baixa presença feminina (MARTINHO, 2016). No caso do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) a discrepância feminina é menor. Entre os 45 arquivos pessoais listados no Catálogo Eletrônico, temos 13 femininos: Alice Piffer Canabrava; Anita Malfatti; Aracy Amaral; Aracy Guimarães Rosa; Lupe Cotrim; Maria Abreu (ligada a Camargo Guarnieri); Marlyse Meyer; Marta Rossetti Batista; Odette de Barros Mott; Oneyda Alvarenga; Tarsila do Amaral; Veridiana Prado; Yolanda Mohalyi. Embora se esteja longe de uma equiparação total, em relação ao CPDOC, a presença feminina é maior. Para compreender isso, é importante atentar para o perfil dos acervos: enquanto no Rio de Janeiro a política é uma dimensão central, no IEB os arquivos geralmente se centram na contribuição de certos indivíduos para a cultura brasileira, especialmente a partir da realização de obras no campo intelectual (literatura, crítica literária, ciências sociais, economia, história, geografia etc.) ou no campo artístico (pintura, música erudita, gravura etc.). O que demonstra isso é que, nos espaços intelectuais e artísticos, a presença feminina no Brasil foi mais expressiva e reconhecida do que no campo político (Simione; Eleutério, 2018, p. 21).

É importante salientar que reconheço a menção feita pelas autoras, pois, uma vez analisando os dados, percebemos a importância feminina para os avanços culturais e artísticos brasileiros. Entretanto, retomamos a importância de estudar a falta dessas obras literárias perdidas, considerando que, neste contexto sobre o qual falamos, as mulheres cumpriram com maestria um papel pioneiro de protagonistas. As autoras continuam suas arguições falando sobre a importância dos acervos universitários, que muitas das vezes são detentores de coleções de arquivos pessoais, favorecendo o exercício do resgate com provas preservadas da vida de um/uma escritor/escritora. As organizadoras desse dossiê também colaboram para o exercício de trazer à história novas histórias, visto que seu trabalho também dita importantes nomes femininos brasileiros.

É pertinente que eu ressalte que o foco dessa dissertação é um recorte da literatura brasileira, entretanto é válido ressaltar também que todos os campos sociais do Brasil sofreram com o memoricídio, em virtude de que áreas como a ciência, a política e a educação também

tiveram nomes de mulheres que acabaram perdidas no limbo temporal da evolução brasileira. Vejamos o que também é observado por Duarte 2009, citando Derrida (2001):

A constituição de novos arquivos – novas memórias – se configurou então em uma experiência ímpar: iniciávamos a busca sem saber o que seria encontrado; e para interpretar obras desconhecidas e reconstruir histórias de vida, impôs-se o desafio de realizar leituras com múltipla perspectiva – que envolvessem gênero, história das mentalidades e história cultural; que dessem conta de alterar marcos do sistema literário; e ainda fornecessem novos instrumentos de análise. E logo estávamos todas dominadas pelo “mal de arquivo” (en mal d’archive, expressão também cunhada por Derrida), ou seja, dedicadas apaixonadamente a restaurar o arquivo justo onde ele escapa, justo onde algo se anarquiza, ou seja, intuir o que não se inclui na listagem, a ausência da memória. E cada vez mais isso se tornou evidente para nós: para cada escritora encontrada, outras, muitas outras sucumbiam no silêncio (DERRIDA, 2001, p. 118-119). A censura e a repressão trabalham juntas para destruir o arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido, já havia dito Derrida. Pulsões de morte jogam o arquivo na amnésia, na aniquilação da memória, na erradicação da verdade. Não foram poucos os poemas de Auta de Souza que seus irmãos alteraram, antes de enviá-los para a publicação. Também não foram poucas as obras de escritoras queimadas e destruídas por filhos e maridos ciumentos de seus talentos (Duarte, 2009, p. 15).

Desse modo, podemos notar que a censura de arquivos destrói vestígios mínimos que agregam a história de uma escritora. A falta de informações e arquivos provoca um apagão cultural que monopoliza a consciência da (r)existência feminina no campo literário como criadoras. Cabe ao pesquisador, então, desenvolver suas habilidades arquivísticas em busca de conteúdos sobreviventes que retomem e recontem a história dessas mulheres.

Considero pertinente mencionar as quarenta autoras pesquisadas no volume I do livro estudado: Teresa Margarida da Silva Orta (1711-1793), Bárbara Heliodora (1759-1819), Beatriz Brandão (1779-1868), Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar (?-1862), Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?), Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), Joana Manso Paula de Noronha (1819-1875), Anna Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886), Maria Firminina dos Reis (1822-1917), Francisca Senhora de Motta Diniz (1834-1910), Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), Narcisa Amália (1852-1924), Inês Sabino (1853-1911), Amélia Carolina de Freitas Beviláqua (1860-1946), Albertina Augusta Diniz (1861-1880), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Maria Clara da Cunha Santos (1866-1911), Prisciliana Duarte de Almeida (1867-1944), Alexina de Magalhães Pinto (1870?), Anna Nogueira Baptista (1870-1966), Alba Valdez (1874-1962), Henriqueta Galeno (1887-1964), Ercilia Nogueira Cobra (1891-?), Gilka Machado (1893-1980), Anna Amélia Carneiro de

Mendonça (1896-1971), Henriqueta Lisboa (1901-1985), Antonieta de Barros (1901- 1952), Lúcia Miguel Pereira (1901-1959), Eneida de Villas Boas Costa de Moraes (1903-1971), Miêta Santiago (1903-1995), Adalzira Bittencourt (1904-1976), Alaíde Lisboa de Oliveira (1904-2006), Adalgisa Nery (1905-1980), Maria Jacintha (1906-1994), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Ruth Guimarães (1920-2014), Maria Ângela Alvim (1926-1959), Maria Julieta Drummond de Andrade (1928-1987) e Maria Lopes Cançado (1929-1993). Vale ressaltar que algumas dessas mulheres trazidas, viveram até pouco tempo, outras não tiveram a chance de perceber a mudança de um mundo conduzido por homens tornando-se mais favorável à criação e condução de mulheres; de fato, algumas outras viveram sobre as sombras dos talentos masculinos reconhecidos de seus irmãos e parentes.

Esse livro é um projeto de mulheres, sobre mulheres, feito, organizado, construído e publicado por mulheres. Na apresentação do livro, Constância Lima Duarte apresenta um projeto inspirador também de uma mulher, Zahidé Lupinacci Muzart, datado de 1980, que também tinha como intuito o resgate dessas escritoras do século XVIII e XIX, projeto esse sobre o qual falarei mais no capítulo seguinte, quando mencionarei a Editora Mulheres.

A arte, de maneira geral, possui seu espaço na organização da vida no mundo, ela marca em períodos cronológicos processos estruturais que moldaram a sociedade e moldam até os dias atuais; a arte não congela o tempo, mas dá um vislumbre do que foi vivido em cada período, a partir das marcas e/ou registros que produz. Conforme Schneider 2006:

Nesse contexto, podemos salientar o papel crucial de artistas, escritores e críticos literários ao projetarem, através da escrita, uma experiência do devir em trânsito, como possível forma de resistir a iniciativas globalizantes, deslocar posicionamentos, abrir novas frentes e criar modelos alternativos [...] (Schneider, 2006, p. 192).

Os arquivistas entram nesse grupo dos que colaboram para a resistência da memória de uma maneira fundamental, na medida em que mantêm vivos os vestígios e as fontes que nos permitem conhecermos autoras como as quarenta citadas.

Falaremos, no capítulo três, sobre o lugar da imprensa na manutenção da memória e no processo de resgate literário feminino, além de discutirmos o lugar da mulher no processo de editoração contemporâneo e a criação de editoras exclusivas para fomentar a produção científica e artística da mulher no Brasil.

III – A EDITORAÇÃO FEMINISTA: POR QUÊ? PARA QUÊ? POR QUEM?

“quero ouvir/ tudo que te silenciaram/ eu quero que
você me conte/ a história das suas cicatrizes”
(Ryane Leão, 2019).



O desenvolvimento da escrita no mundo foi fruto de diversas revoluções que culminara a cada nova etapa da evolução humana e social. Desse modo, a imprensa torna-se uma vitória imensurável para a concretização historiográfica literária universal. Considera-se, pois, que a França seja um país modelo para os primeiros instintos de liberdade que surgem na história. Observemos o que Daniel Roche diz em seu texto “Censura e a Indústria Editorial”, que apresenta o formato autoritarista inicial da inserção da imprensa no país europeu:

[...] não é fácil crer que, do século XVI até a Revolução, a censura do que se declarava e escrevia era a política oficial da França; que a existência de uma “polícia do pensamento” era o estado normal das coisas. Não havia liberdade

de imprensa sob o Antigo Regime, porque desde os primeiros dias de seu poder a Coroa estabelecera a vigilância sobre impressores e livreiros e um mecanismo de controle da disseminação das idéias [sic][...]. A censura existia para modificar (ou proibir) o material escrito antes de sua publicação. Os oficiais da polícia do livro e os representantes da indústria editorial tinham a tarefa de detectar obras perigosas, clandestinas e proibidas, e para este objetivo supervisionavam os impressores, livreiros, trabalhadores e vendedores ambulantes (Roche, 1996, p. 22).

Desse modo, faz-se pertinente que observemos que o processo de censura nesse meio editorial é natural quanto ao surgimento do novo, no que diz respeito à literatura. Logo, entendemos o encadeamento das tradições e as relações políticas que envolvem o contexto de criação e circulação da escrita. Esse nascer editorial, na França, ainda desbravou inúmeras fases de asfixia e afrouxamento quanto às publicações, sendo estabelecidos três assuntos proibidos para serem publicados: a moral, Deus e o rei. Desse modo, fica evidente os frágeis pontos da sociedade, pois despeitar a moral é um perigo para as regras, questionar o Deus cristão é um crime para a Igreja e reduzir um rei é uma afronta ao sistema político da época.

O ponto de mudança é determinado pelos novos ideais políticos e correntes de pensamentos que rondavam a sociedade francesa; com a difusão de perspectivas iluministas, a censura ganhava nova postura de exigir o mínimo e de permitir certas publicações, o que fraquejava o sistema opressor:

Depois de 1750 essa estratégia tornou-se mais difícil porque os limites do proibido não mais se definiam claramente e também porque os bastiões da monarquia – as academias e também os censores – se viram sitiados pelos partidários das novas ideias (Roche, 1996, p. 28).

O papel dos censores era bem definido, mas adotavam uma “tolerância moderada”, o que permitia que os autores se adaptassem aos pedidos primeiros daqueles para que pudessem escrever e publicar sobre os pensamentos filosóficos sobre os quais estudavam. Alguns exemplos desses autores são Voltaire e Rousseau, que mantinham contato direto com alguns censores para que seus livros fossem impressos dentro dos padrões de tolerância. A função de proibir começa então a tornar-se uma carreira, pois, gradativamente, o número de pessoas que exerciam essa função fiscal crescia.

Por outro lado, mesmo com o aumento de fiscais, a filosofia também crescia e ganhava poder na mente dos leitores que estavam ávidos por novidades críticas proibidas, o que, aos poucos, foi vencendo as barreiras da censura e desmembrando o poder total da Coroa, abrindo

espaço para a democratização do pensamento que chegou juntamente a Revolução Francesa. A partir daí, chega ao Brasil os reflexos políticos e sociais do que acontece fora dele.

A imprensa no Brasil nasceu no Rio de Janeiro em 1808 e tinha como finalidade divulgar as notícias providas da Coroa Real instalada no Brasil. Conforme Kátia de Carvalho (1996):

A atividade editorial, embora incipiente, estava sob o controle do Poder real que se instalara na Colônia, cujo primeiro ato significativo ocorreu mais tarde, quando dom João VI deixou o Brasil em 1821 e decretou, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Sabe-se que o decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, sendo aplicada nas provas impressas, e não sobre os originais manuscritos (Carvalho, 1996, p. 1).

Dessa forma, sabemos que o processo editorial traz vestígios percussores de registros escritos sobre os quais se têm notícias no Brasil; logo, configura-se a necessidade de uma imprensa também escrita no país. Por isso, fundou-se o direito ao exercício da escritura, de maneira que todos pudessem exercer seu lugar como “criador de arquivos escritos”, assim como previsto pelo artigo 25 da Constituição de março de 1824 como expõe Carvalho (1996):

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar (Art.179, nº 4) (Carvalho, 1996, p. 2).

Portanto, difundiu-se a imprensa de forma que todos pudessem se comunicar através da escrita e da publicação de seus textos, lidando com as consequências que suas publicações pudessem lhe causar; mesmo que essas leis e decretos tenham passado por alterações ao longo da história, vale ressaltar os primeiros intuitos em sua criação. Desde então, a imprensa foi ganhando espaço de diversas formas, ainda segundo Carvalho (1996), de maneira que jornais, editoriais e revistas foram sendo produzidas em favor da comunicação no final do século XIX. Uma finalidade prioritária da imprensa era a conservação das ideias e manutenção dos arquivos impressos, o que permitiu ainda a inserção de textos não verbais nessas divulgações, dando espaço para as ilustrações e fotografias.

É importante notarmos que a formação da imprensa foi um salto significativo da globalização, o que é de suma importância para nós, uma vez que, com a globalização, inúmeros avanços foram conquistados no nosso país. Além disso, vale destacar que, com tais conquistas,

as mulheres se beneficiaram de certa forma, empossando-se de cargos e funções antes irreais em seu cotidiano. De acordo com Nadilza M. de B. Moreira (2020):

As mulheres ocidentais no início do século XIX ainda eram destinadas, pelo patriarcado, ao império da domesticidade, onde deveriam reinar como guardiãs morais dos filhos e provedoras do conforto espiritual dos maridos. A mulher escritora à época, conseqüentemente, invadiu o espaço público do masculino e desafiou os padrões culturais e políticos oitocentista que confinou a mulher no espaço privado do lar. As escritoras, por sua vez, timidamente, desencadeiam um processo transgressor no que concerne ao papel e ao lugar do feminino na sociedade patriarcal de então (Moreira, 2020, p. 250).

Ou seja, percebemos que as vitórias só foram conquistadas pelas mulheres devido os avanços da imprensa e da sociedade de maneira geral, já que lugares sociais antes considerados masculinos, começam a abrigar, também, o público feminino, desmitificando as regras patriarcais de um sistema opressor de gênero. Ainda assim, percebemos que esse processo aconteceu de maneira silenciosa, considerando que para quem antes não existia um espaço de fala, meia palavra já faria muito barulho. “Nós, as mulheres, não temos sempre facilidade de bem exprimir os sentimentos por palavras; eles parecem-nos por demais sutis e complexos; elas insuficientes e fraquíssimas” (de Almeida, 1906). Dessa forma, as mulheres escreviam sobre as funções sociais desenvolvidas pelas meninas e mulheres, como manuais de boa conduta. Podemos mencionar como exemplo o livro *Das Donas e Donzelas*, de Júlia Lopes de Almeida, publicado no ano de 1906 originalmente, que traz crônicas as quais sutilmente viola as regras de gênero. Livros como esse tinham o papel de conduzir as mulheres aos seus devidos lugares naquele tempo, mas guardavam secretamente o convite a um novo espaço a ser visitado.

Em seu livro *Estética Feminista* (1986), Gisela Ecker apresenta um compilado de artigos de outras professoras e pesquisadoras que perpassam pelas vertentes da figura da mulher na escrita. Dentre esses textos, destaco “La mirada bizca - sobre la historia de la escritura de las mujeres”, que considero importante citar na versão original:

Un texto descubierto en algún archivo polvoroso no será bueno e interesante sólo porque lo escribió una mujer. Es bueno e interesante porque nos permite llegar a nuevas conclusiones sobre la tradición literaria de las mujeres; saber más sobre cómo las mujeres se enfrentan, en una forma literaria, a su situación actual, las expectativas vinculadas a su rol como mujeres, sus temores, deseos y fantasías, y las estrategias que adoptan para expresarse públicamente a pesar de su confinamiento en lo personal y lo privado ¹²(Weigel, 1986, p. 71).

¹² Um texto descoberto em algum arquivo empoeirado não será bom e interessante apenas por ter sido escrito por uma mulher. Ele é bom e interessante porque nos permite chegar a novas conclusões sobre a tradição literária das mulheres; saber mais sobre como as mulheres enfrentam, de forma literária, sua situação atual, as expectativas

Desse modo, levamos em conta que entender como o trajeto da mulher na imprensa foi se tornando mais amplo e repleto das mesmas (ou quase) possibilidades que o dos homens, faz-se de extrema importância, uma vez que colhemos até hoje os frutos de suas lutas primeiras e travamos hoje novas outras batalhas, a fim de eternizar suas memórias tanto na literatura quanto na história. Duarte (2016), citando Buitoni (1986), ainda disserta sobre a escolha dos termos “feminina” e “feminista” para se referir à imprensa:

Dulcília Buitoni foi precisa ao afirmar que “Imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza. Desde que surgiu no mundo ocidental, no fim do século XVII, já trouxe a distinção às mulheres no próprio título do jornal – *Lady’s Mercury* – prática a persistir até hoje” (BUITONI, 1986, p. 7). E se esta imprensa é dirigida e pensada para mulheres, a feminista – também destinada ao mesmo público – se diferenciará por protestar contra a opressão e a discriminação e exigir a ampliação de direitos civis e políticos (Duarte, 2016).

Em outras palavras, é importante que mencionemos o termo “feminino” para quando formos estudar a mulher em qualquer âmbito da história cultural, já que seus lugares no mundo foram conquistados mediante muitas reivindicações para seu gênero, que a pouco ou a nada tinham direito. Logo, o termo “feminista” deve ser usado quando houver uma produção feita por e para mulheres, com o intuito de reivindicar direitos ou criticar ações excludentes de gênero. A minha dissertação estuda o feminino, sem deixar de ser um estudo feminista, ainda que literário. Outro ponto importante de ser mencionado, é a reflexão feita por Duarte, trazendo um paralelo entre a ressignificação das produções literárias femininas e/ou feministas com o próprio feminismo, fazendo uma comparação entre o papel, utilizado por muitas como espaço para voz e protesto, e o corpo, usado nos dias de hoje como ferramenta do mesmo pelas feministas atuais. Seria o corpo feminino, no que tange os estudos feministas literários, também uma ferramenta arquivística cultural?

Cabe aqui mencionar que apenas a partir de 1980 as mulheres escritoras começam a aparecer como sujeitos de estudos na literatura, dado ao seu “aparecimento” na periodização literária desde então. Isso porque a imprensa conhecida como feminina, no Brasil, inicia seus trabalhos com foco no comportamento feminino na sociedade, ou seja, as revistas, os jornais ou livros impressos tinham o intuito de alimentar os gostos das mulheres da elite social, focando

ligadas ao seu papel como mulheres, seus medos, desejos e fantasias, e as estratégias que adotam para se expressar publicamente apesar de seu confinamento ao âmbito pessoal e privado (tradução nossa).

em assuntos como moda¹³ (principalmente), culinária, folhetins ou novelas e recursos estéticos. Antes disso, porém, temos mulheres pioneiras no campo editorial como Maria Josefa Barreto em “Belona Irada Contra os Secretarios de Momo” e Joana Paula Manso de Noronha com o “Jornal das Senhoras” (1852-1855), sobre as quais pouco ou nada se encontra atualmente de registros arquivísticos. Isso pode ser explicado pelos conteúdos de suas publicações, que incluíam sátiras, reflexões políticas e críticas sociais, temas pouco usuais (ou talvez mesmo inadequados) para as mulheres da época. Como exemplo, citamos “A Mineira no Rio”, cuja autoria não é conhecida; apenas se sabe que se tratava de uma mulher na direção.



Figura 2: A Mineira no Rio de Janeiro: imagem retirada do livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil – Século XIX*, v.1, p. 65, 2016, de Constância Lima Duarte.

Brasileiras, não deixeis de animar aos vossos Maridos, Irmãos e Amantes, em defesa de Deus, da Constituição Jurada, e D. Pedro II. Eu serei o alvo do cego furor das paixões; terei de lutar com inimigos astutos e implacáveis como a boreal aurora, etc.; porém sendo a minha divisa a concórdia, a paz e a vossa felicidade, não desmaiarei no nobre designo de trabalhar contra o despotismo. [...] Favorecei os meus esforços, generosas Fluminenses: pois, nunca mais que agora me é necessária a vossa eficaz cooperação para salvar a nossa Liberdade. E fazer respeitar a nossa Soberania Nacional, para que se afiance à nossa desgraçada Pátria uma Paz Eterna. (A Mineira no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 10 ago. 1833, p. 3) (Duarte, 2016, p. 67-68).

Podemos notar, nesse trecho retirado do jornal, apresentado por Duarte (2016), que a autora por trás dessas linhas falava diretamente com as leitoras do folhetim, buscando, através das letras, fazer nascer um desejo de amor à pátria em seu público-alvo, além de suscitar um espírito de bravura, a fim de que a sua liberdade se mantenha existente. Nota-se que ela escreve

¹³ A exemplo são citados por Constância Lima Duarte (2016) periódicos como *Jornal das Variedades* (1835), *Correio das damas* (1836-1852), *Relator de Novelas* (1837), *Correio das Modas* (1839-1840), entre outros.

do ano de 1833 em que o povo brasileiro se depara com o fim do despotismo e com a urgência de uma identidade nacional, traçado por pensamentos liberais diversos e conservadores do poder anterior, um espírito antitético que suplica por um posicionamento. Logo, a autora posiciona-se em favor do novo, inspirando suas leitoras a cultivarem em si pensamentos mais autônomos e livres, destacando a importância de finalmente viver sem a necessidade de um regente sobre suas ações.

A seguir, alguns exemplos ilustrados de publicações do século XIX direcionados e liderados pelo público feminino, retirados do livro, de Constância Lima Duarte, *Imprensa feminina e feminista no Brasil* (2016):



Figura 3: Verdadeira Mai do Simplicio ou A Infeliz Viuva Peregrina, 1831, Rio de Janeiro, por D. Fortunata Eugênia de Mello.



Figura 4: A Violeta, 1848, São Paulo, por F. V.

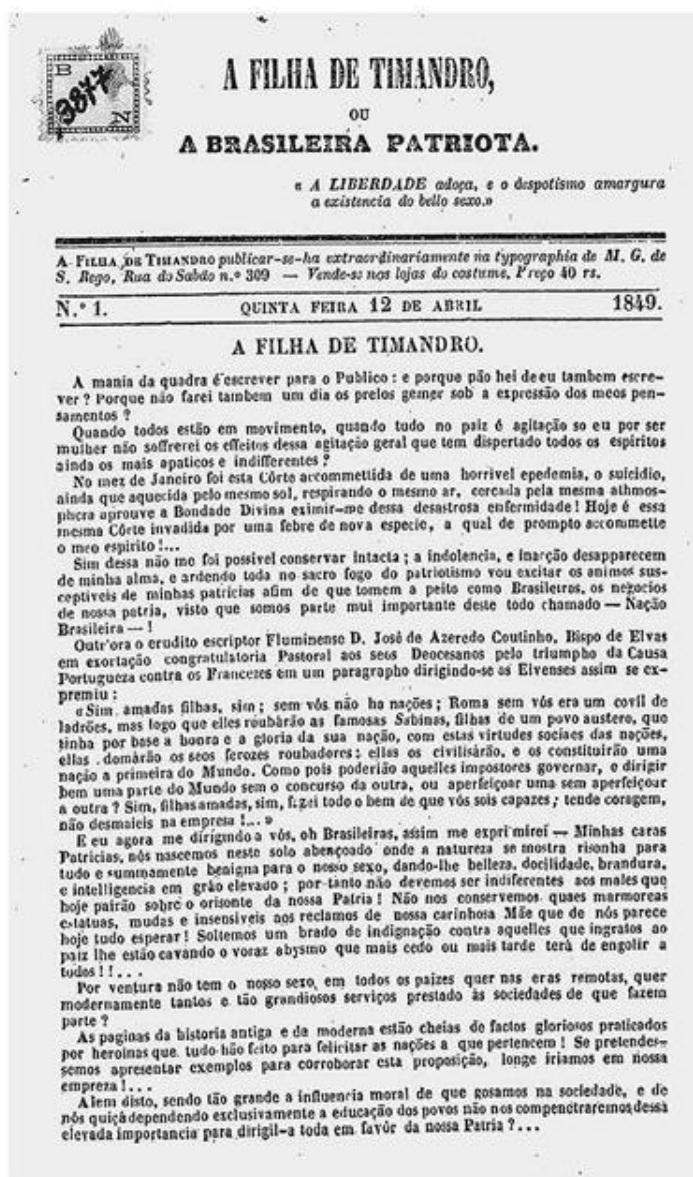


Figura 5: A Filha de Timandro, 1849, Rio de Janeiro, por mulher desconhecida.

Inúmeras outras publicações são exploradas por Duarte neste livro de volume I, deixando a margem extensa de diversos impressos que circularam no século XIX e XX que foram perdidos – tanto que muitos não possuem registros ilustrativos para destaque – nesse processo de memoricídio da história da nossa literatura. Além disso, é importante mencionar que muitos homens também escreveram e publicaram para mulheres neste período, como o caso de “O Espelho Diamantino”, criado em 1827, por Pierre Plancher, no Rio de Janeiro, o primeiro jornal destinado para mulheres com temas como moda, teatro, literatura, política e diversas artes.

Ao nos depararmos com assuntos como esses, e ao percebermos que os escritos, mesmo em periódicos e jornais, foram “perdidos” da memória de arquivos na nossa literatura, voltamos ao ponto do porquê é importante compreendermos a ideologia do período estudado, entendendo os papéis destinados a cada ser social e descobrindo as motivações que levaram essas mulheres e seus escritos ao esquecimento. O que parece adequado considerar o perigo iminente que essas escrituras produzidas por mulheres traziam ao poder político do século XIX, considerando que, se um dos critérios muito pertinentes era preservar a moral e respeito às condutas religiosas e políticas, certamente ir de encontro a essas regras causaria uma ruptura da pacificidade esperada. Sugerir que uma mulher questione se quer mesmo se casar, ou se quer mesmo ter filhos, em uma sociedade patriarcal, soa como uma afronta inclusive ao comando divino, já que desde o período bíblico tem sido assim, e esse tem sido o discurso desde então. Entendendo, pois, isso, somos capazes de identificar as motivações que impulsionaram uma edição feminista nos dias que se seguem, inclusive, os atuais, afinal, as mulheres precisavam lutar por seus espaços e direitos perdidos.

3.1 A MULHER E A ACADEMIA

Uma importante lembrança sobre as mulheres é sua inserção nas universidades, uma vez que sua educação tinha sido retardada pelos processos evolutivos sociais – como já vimos no capítulo I, vale destacar ainda sua vida como pesquisadora e cientista.

Universidades femininas surgiram inicialmente nos Estados Unidos, no final dos anos 1800 e início dos anos 1900, oferecendo especialmente cursos de bacharelado para mulheres; posteriormente, surgem na Europa. Como esperado, a novidade surge tardiamente no Brasil, é o que podemos conferir de acordo com Nathalia Bezerra:

No Brasil, o início do ensino superior feminino só teve início no final do século XIX. A primeira mulher a ingressar na universidade no Brasil, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina. As mulheres no Brasil só foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879 quando a elas fora concedido o direito de frequentarem o ensino universitário por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil. Esse fato é narrado por Blay e Conceição (1991), quando narram a história de Augusta Generosa Estrela que se formou em medicina em Nova York no ano de 1876 e, ao retornar ao Brasil é proibida de exercer sua profissão (Bezerra, 2010, p. 4).

Como se vê, apenas no final do século XIX e início do século XX é que, finalmente, é concedido às mulheres o direito de ingressar numa instituição de ensino superior. Ainda que tardio, esse avanço é de extrema importância para o que estudamos, considerando que sem o

acesso à academia seria impossível a construção de uma linha de pesquisa voltada à restauração de escrituras femininas e à reconstrução da história da mulher tanto na literatura quanto nas diversas outras áreas científicas por aí afora.

Londa Schiebinger (2001), em seu livro *O feminismo mudou a ciência?*, reflete de maneira crítica sobre os caminhos percorridos pela mulher no campo científico, trazendo à tona diversos posicionamentos sobre a discussão de gêneros no campo da ciência.

[...] não há nada natural ou necessário a respeito dessas características definidas pela cultura ocidental como femininas ou como científicas. Ideais de masculinidade, feminilidade e ciência desenvolveram-se, historicamente, informados e respondendo à necessidade econômica de ter as mulheres servindo como administradoras dos afazeres domésticos e os homens trabalhando fora de casa, e pelo desejo político de ter apenas homens proprietários votando em democracias participativas. As características generizadas - comportamentos, interesses ou valores tipicamente masculinos ou femininos - não são inatas, nem tampouco arbitrarias. Elas são formadas por circunstâncias históricas. Elas também podem mudar com as circunstâncias históricas (Schiebinger, 2001, p. 145).

Devem-se a um padrão de comportamentos social e cultural as indagações de pertencimento dos lugares femininos, uma vez que sua exclusão histórica e costumeira ganha vislumbre com o processo evolutivo das áreas humanas. A autora ainda menciona outros posicionamentos acerca do tema, que pensavam que fomentar a discussão sobre as desigualdades de gênero poderiam inserir uma lacuna ainda maior para as mulheres naquele espaço. No entanto, observamos que é justamente a visibilidade que evita a segregação.

É importante que voltemos a um tópico já mencionado, quando falamos sobre a representação da mulher na literatura, a de que a mulher só “serviria” em um espaço comum ao homem, se masculinizada, ou se hiper exaltada sua feminilidade:

O abandono dos atavios da "feminilidade" não só é geralmente necessário para uma mulher ser levada a sério como cientista, mas é com frequência importante também para evitar atenção indesejável à sua sexualidade (Schiebinger, 2001, p. 152).

Dessa forma, compreendemos a mulher, mais uma vez, nesse dual enclausuramento de que, para pertencer a um lugar, ou precisaria deixar de ser mulher, ou precisaria sucumbir-se ao viés sexualizado de sua figura. Reclusão essa indesejável e, por isso, criticada e gritada por quem pudesse. Desse modo, destaco outra vez a pertinência em usar ao máximo as vozes

permitidas para que se falem a respeito, já que o silêncio, de certa forma, concorda com o dito em maior potência.

Outro ponto que afastou e ainda afasta a mulher desse espaço no campo científico é a dupla jornada exercida por ela em seu lar e fora dele:

Os arranjos domésticos são parte da cultura da ciência. Apesar da distinção histórica entre as esferas doméstica e pública, a vida privada não está separada da vida pública. E o conflito que muitas mulheres encontram entre família e carreira também não é apenas um assunto privado. A cultura profissional foi estruturada com o pressuposto de que um profissional tem uma esposa-do-lar, e se beneficia de seu trabalho não remunerado (Schiebinger, 2001, p. 183).

A invisibilidade da função, majoritariamente exercida pela mulher, de cuidados com o lar só ressalta os obstáculos incansáveis para que o gênero feminino permaneça em suas áreas de atuação, considerando que – para que não fosse julgada – a mulher precisava escolher entre ter uma família ou uma carreira, escolha essa jamais necessária aos homens. Retomo os exemplos da crítica literária que era feita às escritoras oitocentistas, que, quando aclamadas, eram chamadas de boas mães e exemplos de esposas, entretanto, jamais se ressaltava seu talento para a escrita.

Precisei falar sobre isso para que finalmente possamos enxergar a importância de um estudo que diferencie mesmo o status masculino da míngua feminina, uma vez que a vivência é divergente e que as oportunidades dadas a um ainda são, em certa medida, destoantes das dadas (?) a outra.

3.2 A CRÍTICA FEMINISTA

Foi a partir da separação dos vieses de gênero que surgiu a importante necessidade de um estudo que objetivava o ponto de vista feminista sobre a crítica literária. É isso que Lúcia Osana Zolin (2009) aborda em seu texto *Crítica feminista*:

Nas últimas décadas, muitas facções críticas defendem a necessidade de se considerar o objeto de estudo em relação ao contexto em que está inserido; de alguma forma, tudo parece estar interligado. No que se refere à posição social da mulher e sua presença no universo literário, essa visão deve muito ao feminismo, que pôs a nu as circunstâncias sócio-históricas entendidas como determinantes na produção literária. Do mesmo modo que fez perceber que o estereótipo feminino negativo, largamente difundido na literatura e no cinema, constitui-se num considerável obstáculo na luta pelos direitos da mulher (Zolin, 2009, p. 181).

Por observar, então, as repetições incessantes de comportamentos discriminatórios sobre as representatividades da mulher nos espaços artísticos, especialmente na literatura, é que a perspectiva feminista ganha espaço de análise na pesquisa. Essa visão nasce na década de 1970, na França e nos Estados Unidos, contribuindo como um novo formato de leitura que visava a ruptura de uma tradição excludente e estereotipada, que privilegiava os homens em detrimento das mulheres. Dando lugar, então, a essa “causa” não defendida antes, que a crítica feminista ganha destaque no cenário literário. Zolin ainda fala sobre a importância de um rompimento com os discursos patriarcais tão intensos daquele período, já que eles: “[...] acabam por fundamentar os cânones críticos e teóricos tradicionais e masculinos que regem o saber sobre a literatura” (Zolin, 2009, p. 182), o que influencia diretamente nessa representação da mulher e na representatividade satirizada do seu lugar na sociedade.

É com a crítica feminista na literatura que se sobrepõe a *mulher-sujeito* em lugar da *mulher-objeto*, uma vez que a mulher passa a ser analisada como humana, para além de suas representações antes idealizadas.

Com a profissão de escritora agora possível, no século XIX e XX, personagens femininas, que se desviam do padrão esperado pela sociedade, ganham novo espaço nas obras do período. São narradas em episódios que trazem à tona a desigualdade de gênero retratada nos livros, antes, exclusivamente, de criação masculina. Logo, torna-se importante a menção aos papéis de anjo, maldição ou sedutora antes relacionados às mulheres por estes autores, já que todos eles carregam em si a marginalização da mulher na sociedade, destacando características específicas e irreais das mulheres sobre os homens – o que já foi mencionado anteriormente nesta pesquisa – e que a crítica literária estuda analiticamente.

Lúcia Osana Zolin retrata várias autoras e os feminismos produzidos por elas através do que escreviam, além de mencionar a crítica feminista francesa e a anglo-americana, destacando seus papéis iniciais e, posteriormente, os contemporâneos. Porém, é quando a autora menciona essa vertente aqui no Brasil que temos um clarão sobre os estudos abordados nesta dissertação:

Assim, em 1993, as referidas linhas de pesquisa assumiram a seguinte configuração: “Teoria e crítica feminista: vertentes”; “A questão do Cânone” e “Gender – estudos de gênero”. Em 1999, tomaram a configuração que têm no momento atual (veja quadro abaixo): “Resgate, “Teoria e críticas”, “Interdisciplinaridade” e “Representação” (Zolin, 2009, p. 201).

Resgate	1) Pesquisa e constituição de um <i>corpus</i> significativo da produção desconhecida de literatura e de autoria feminina do passado, tornadas invisíveis pela mediação crítica, quase exclusivamente masculina, a partir de uma postura revisionista, que dê um novo olhar sobre velhos textos. 2) Estudo desse <i>corpus</i> para desconstruir os saberes hegemônicos, buscando outros.
Teorias e críticas	Aprofundamento de leituras teóricas que subsidiem o discurso crítico com vistas a análises feministas do fenômeno literário em seu sentido restrito, de obras específicas, e, no sentido amplo, em termos de inserção de obras no contexto da história literária e crítica e no movimento geral da cultura, a partir de pontos de vista que levem em conta identidades e diferenças no contexto nacional e transnacional.
Interdisciplinaridade	Leitura da produção literária de autoria feminina e dos modos de representação da mulher marcados por inter-relações discursivas entre literatura e as disciplinas que contribuam para esclarecer a posição histórica, política, social, psíquica ou outras, das escritoras.
Representação	Análise dos modos de representação da mulher nos textos literários produzidos por mulheres ou homens a partir de uma visão crítica feminista.

Quadro reproduzido do texto de Lúcia Osana Zolin: Crítica feminista, 2009, p. 202.

O resgate entra como um tópico muito importante para a análise feminista brasileira, em virtude do memoricídio, já visto anteriormente, que destaca as lacunas da nossa literatura no período oitocentista. A partir desses estudos é que possuímos aporte teórico para continuar a produção científica para além da artística, pois muito mais que apenas questionar e refletir, propõe-se, a partir da reapresentação de autoras “perdidas”, o direito à escrita naquele momento não ofertado. O desafio latente é permitir que essas muitas autoras ainda desconhecidas sejam um dia estudadas não só nas academias, mas que sejam reconhecidas também nas escolas e, quem sabe, nas listas de autores cânones importantes para a formação literária estudantil, além de lidas e aclamadas, com a circulação social de suas obras devidamente valorizadas.

3.3 A EDITORA: MULHERES, LUAS, ENTRETANTAS

O que é uma editora? O dicionário Houaiss responde da seguinte forma:

substantivo feminino

1 casa ou instituição que edita; editor

1.1 denominação dada a tais casas ou instituições; editorial

homônimos

editora /ô/ (f.editor /ô/ [adj.s.m.])

parônimos

editora(fl.editorar)

editor (1813 cf. *MS*²) *ortoépia*: ô

adjetivo e substantivo masculino

1 que ou o que edita

2 que ou aquele que tem como função publicar textos, estampas, partituras, discos etc.

3 que ou aquele que prepara, de acordo com as normas editoriais, um texto ou uma seleção de textos para figurar numa publicação

sinônimos

impressor

homônimos

editora /ô/ (f.editor /ô/ [adj.s.m.])

parônimos

editora(fl.editorar) (Houaiss, acesso em 2025).

Considero interessante a reflexão de que a palavra “editora” abre dois caminhos possíveis para nossa imaginação leitora. Seja um espaço, denominado claramente pelo dicionário, seja uma mulher que edita, conceito esquecido por este. No entanto, podemos notar que logo em seguida nos é apresentado o conceito de “editor” que não foi solicitado na busca de pesquisa. Vale ressaltar que esses detalhes, por mínimos que sejam, aponta-nos a realidade severa do lugar feminino em diversos papéis profissionais. E também revela que o dicionário, como instrumento de legitimação linguística, serve como ferramenta, por meio da normalização, de reprodução de traços histórica e culturalmente impressos na nossa língua; no caso, o machismo velado. Não cabe à minha pesquisa entender as motivações que levam o site de busca a emendar um conceito no outro, já que poderia ser explicado de mesma maneira, apenas, revelando o sentido da palavra homônima brevemente mencionada; entretanto, cabe a nós o questionamento que enviesa os caminhos que nos levarão às respostas necessárias para a existência de editoras feministas.

Essa questão inicial embasa a primeira parte do livro *Como nasce uma editora*, de Ana Elisa Ribeiro (2023). A autora, pesquisadora e editora destrincha sobre a polissemia da palavra “editora”, que ora é destinada a um lugar físico que publica textos e ora destinada a uma mulher que trabalha com publicação. Vale ressaltar que a ideia dual deste nome constrói todo o repertório das perguntas feitas por ela e das respostas encontradas em sua segunda parte. Afinal, como nasce uma editora? Ribeiro (2023), apresenta-nos a uma escrita fluida e poética, refletindo sobre as motivações que levam ao surgimento de uma editora (lugar ou mulher), perpassando pelas motivações que geram a ideia até os impulsos que resultam no nascimento. Primeiro, nasceria de um *desejo*, depois da *falta*, posteriormente do *gesto* e, por fim, e não menos importante, uma editora nasce do *silêncio*. “Se não fazem, vou fazer. Se não há espaço,

vou criá-lo” (Ribeiro, 2023, p. 21). Esses termos destacados, funcionam aqui como as palavras-chave da importância de uma editora, enfim, todas aparecem erguidas em movimento com o intuito de registrar a/na história, sejam as construídas por tijolos, sejam as criadas em carne e pele.

A autora ainda menciona: “Editoras nascem dos silêncios [...] e podem fazer circular outros silêncios” (Ribeiro, 2023, p. 30). Desta citação encontro o “gancho perfeito” para apresentar brevemente a história da editora Mulheres que nasceu entre tantas para publicar os silêncios femininos para o mundo.

Zahidé Lupinachi Muzart escreve em seu artigo “Experiências Editoriais Feministas” (2004) sobre a criação da editora:

No início da pesquisa, era voz corrente de que aquelas mulheres do século XIX nada tinham escrito, e, por conseguinte, menos ainda publicado enquanto viveram. Logo ficou claro, porém, que, na verdade, não só escreveram e publicaram uma grande quantidade de textos, mas, bem mais que isso, que esses textos constituíam um legado de boa qualidade literária e de valor histórico inquestionável. Tudo ficou ainda mais evidente, quando descobri que de nada adiantaria apenas revelar os nomes dessas escritoras, os pormenores de suas vidas, relacionar o que escreveram. Era fundamental republicá-las hoje. E, a partir dos primeiros resultados do projeto é que surgiu, de repente, a idéia de criar uma editora, cuja finalidade seria realizar um projeto de resgate, isto é, reeditar os livros das escritoras do passado, fossem elas brasileiras ou não. E, ao lado da linha mestra, editar ensaios sobre gênero (Muzart, 2004, p.103).

O projeto da editora nasceu a partir do desejo de resgate, da vontade de sustentar não apenas mulheres que já escreveram no século XIX, como os pesquisadores que fizessem pesquisa sobre gênero e trouxessem à tona essa mesma finalidade de preservação da escrita feminina. A editora não foi criada sozinha, a autora Zahidé Muzart teve o auxílio e amparo de duas outras professoras igualmente empenhadas no mesmo objetivo, e, juntas, em 1995, fundaram-na. O primeiro livro publicado já foi moldado pelo viés de uma linha de pesquisa “Literatura e Mulheres”, o que fortifica ainda mais nosso objeto; uma editora que fomenta a pesquisa e que a partir daí redescobre, para o mundo, vozes antes esquecidas. Os primeiros livros publicados trazem nomes como Inês Sabino (publicação original de 1899) e Júlia Lopes de Almeida (publicação original de 1913). Ao relatar sobre isso, Muzart fala sobre as dificuldades desse processo de “republicação”, considerando que as autoras mencionadas escreveram em épocas muito diferentes, e isso causava muitas dúvidas quanto aos limites de preservação e revisão da obra.

O trabalho de proteção literário é uma atividade que envolve cautela e conhecimentos diversos, todo autor é um leitor, e todo editor também o é. Como mesmo menciona Muzart, saber sobre o estilo das autoras pesquisadas e o período em que elas escreveram é uma necessidade básica para se manter o livro o mais original possível, sem perder os domínios do que rege as normas gramaticais atuais. É preciso zelo, sobretudo, já que o revisor é como um artista que retoca e dá todo o acabamento do produto a ser entregue ao público.

Seguindo o legado deixado pela Mulheres, editoras contemporâneas como a Luas (2019) e a Entretantas (2022) continuam mantendo a literatura feminina em circulação, com textos autorais escritos e produzidos por mulheres, desde a ficção a não ficção. A Luas, foi um projeto planejado e parido por Cecília Castro, em Belo Horizonte, no ano de 2019:

A Luas é uma editora ambiciosa e audaciosa, dessas que sente, e sabe, o peso do silenciamento dado há tanto tempo a nós, mulheres, por isso tem um projeto editorial feminista que publica exclusivamente livros escritos por mulheres (cis e trans) e busca trabalhar preferencialmente com mulheres também. (Luas, 2020).

A Entretantas é filha de Ana Elisa Ribeiro, Samara Coutinho e Cecília Castro, nascida em 2022, com a missão metalinguística de falar sobre a edição, sobre editoras-instituições e editoras-mulheres. Cabe ressaltar que ambas as editoras se nomeiam “feministas”, uma vez que se debruçam sobre as perguntas: por que criar uma editora para mulheres? Para que vai servir nossas publicações? Por quem elas são feitas? Essas editoras independentes figuram-se ainda dependentes de um sistema excludente e idealizam, a partir de suas inspirações e seus fazeres, um mundo possível para que todas as mulheres tenham importância em suas falas, em seus legados e em suas produções literárias¹⁴.

Dessa forma, notamos que a editora (pessoa física) por trás da editora (pessoa jurídica) carrega esse sentimento de hereditariedade mencionado por Ana Elisa Ribeiro (2023), pois, mesmo depois de séculos (desde o início do século XIV), temos exemplos de mulheres que tiveram o mesmo impulso: não se deixar calar – de todas as formas plurissignificativas que a afirmação oferece.

¹⁴ Convém a menção aos projetos “Escritoras do Brasil” do Senado Federal, que também visa a manutenção da recuperação da memória social sobre a escrita feminina, podendo ser acessado em: <https://livraria.senado.leg.br/livros/escritoras-do-brasil>; e o “É preciso falar sobre as ausentes: a colaboração feminina no jornal O Paiz (1884-1912)” que contou com o financiamento da CNPq e culminou na publicação gratuita do *Mulheres no jornal O Paiz (1884-1912)* publicada pela Unicamp. Saiba mais em: <https://mulheresnopaiz.ufpr.br/>.

Essa noção de sucessão, também em edição, é importante porque historiciza, relaciona, fortalece, [...] eventualmente põe no jogo o respeito [...] quando uma *editora-agora* sabe dos projetos de uma *editora-ontem*, elas podem durar mais do que dura uma vida, a de apenas uma delas (Ribeiro, 2023, p. 43-44).

O processo de sucessão de ideias é muito importante para a luta feminista, visto que as conquistas mencionadas só foram possíveis devido à resistência da transgressão de mulheres insurgentes dos séculos passados. Resistências que criaram raízes e geraram novas sementes que continuam a brigar incansavelmente pelo reavivamento, pela existência e pela permanência das novas gerações de meninas e mulheres que crescem todos os dias. Na edição, esse pensamento não poderia ser diferente, considerando que graças a editora fundada por Muzart em 1995, ou às revistas feitas por mulheres no pretérito mais que perfeito, é que a Cecília Castro e a Ana Ribeiro tiveram impulso para liderar hoje essa missão de pertinácia feminina.

3.4 A MULHER EDITORA

Considero esse tópico muito importante para minha pesquisa, levando em conta que as mulheres sobre as quais falo, foram, de certa forma, artistas mutadas em determinados momentos da história literária no Brasil, como visto com o estudo do memoricídio. No entanto, outras tantas mulheres continuam com esse “botãozinho” do mudo ligado, levando em consideração todas essas que estão por trás dessas vozes em estudo. Falo das pesquisadoras e editoras – as mulheres que editam – que se encontram escondidas nas penumbras do ofício – comum da profissão. Nos dias de hoje, encontramos diversas mulheres que se enveredam para a editoração, profissão fadada ao silêncio através das palavras, função tão paradoxal que nos permite a reflexão desse lugar ainda pouco estudado pela academia brasileira.

Ao analisarmos, percebemos ou nos deparamos com os diversos espaços que as mulheres foram conquistando, entretanto, chamamos de mínimos os territórios desbravados pelo gênero feminino por falta de conhecimento e estudo suficientes sobre quais profissões mais recebiam as mulheres, nos séculos que se passaram, e quais, hoje, ainda tem o público feminino como liderança no *ranking*. É pertinente falar sobre a solidão velada da vida de uma mulher. Ser só parece um fardo, uma missão que cada uma possui quando passa a existir, seja no pessoal, seja no profissional; estar só, lutar para ouvir, ver, sentir, ou para que se faça ouvida, vista, sentida é um destino mulheril. A editora Ana Elisa Ribeiro já o diz: “Meu objeto de estudos por vezes me condena também à penumbra” (Ribeiro, 2023, p. 38). Dito isso, penso que estudar sobre um sujeito que não tem visibilidade na sociedade, é também fazer-se invisível para os outros.

Continuando com suas reflexões sobre ser editora, Ribeiro argumenta sobre trocarmos a palavra “o silêncio”, quando nos referirmos às mulheres, por “silenciamento”, pois não escolhemos nos calar. Simplesmente, às vezes, não nos é permitida a fala, “não se trata de um silêncio absoluto, mas de um dizer de menor importância” (Ribeiro, 2023, p. 36). Um espaço que talvez tenhamos conquistado, mas não verdadeiramente, já que, em muitos lugares, ainda não temos relevância ou ênfase ali. Desse modo, podemos considerar esse espaço na literatura um lugar permitido às mulheres, mas apenas por formalidade naquele período, já que, quando puderam falar sobre e documentar seus dons literários, elas não foram lidas ou ouvidas e sim ignoradas e apagadas.

Nesse caso, retornamos à teoria mencionada no início desse tópico, ao silenciamento também das que estão por trás de toda pesquisa.

A dificuldade de obter dados e informações sobre as mulheres que editam são ainda maiores do que aquelas encontradas por pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam às mulheres em outras sendas do campo literário e editorial. Por aqui, é às vezes quase impossível saber desde quando ou como uma mulher editou, conhecer seu catálogo e suas ideias (Ribeiro, 2023, p. 6)

O livro “Mulheres que editam” (2023), organizado por Cecília Castro, Ana Elisa Ribeiro e Samara Coutinho, destaca a função da mulher editora, mencionando, primeiramente, a dificuldade de ser e ainda de descobrir essas que tanto fazem pela literatura. A obra se faz pertinente, pois, apresenta, a nós leitores, cento e onze editoras-mulheres, antes desconhecidas ou pouco conhecidas. Os verbetes possuem informações sobre a vida das pesquisadoras e obras produzidas por elas, além de ser um material inteiramente produzido também por mulheres pesquisadoras.

Vale ressaltar um ponto importante sobre essas editoras-lugares feministas: qual a diferença entre elas e as revistas produzidas por mulheres dos séculos passados – mencionadas no início do capítulo? O ponto é que aquelas revistas foram um passo gigantesco para as mulheres responsáveis por elas naquele período, considerando tudo que já foi visto e estudado nesta dissertação sobre as funções de uma mulher naquele tempo. Entretanto, essas editoras e editoriais feministas da contemporaneidade carregam em si um legado histórico de memória, pois não se esquecem de todo caminho percorrido pelas primeiras que se enviesaram a destoar dos trajetos já conhecidos. Para além disso, transformam as lutas diárias em produções vivas e questionadoras, que não se calam e ainda se perpetuam na história literária do Brasil. A

produção cultural feminista, produzida por mulheres, para mulheres e sobre mulheres, destacam essa diferença, quando não permitem o silenciamento, mas noticiam-no e o periodizam.

Por fim, a produção de pesquisa e edição sobre a mulher na edição ainda é muito recente e mínima. No Brasil, só encontrei a Entretantas que destina sua função a estudar e publicar sobre as mulheres que editam, especialmente destinada, até o momento, a divulgar pesquisas de mulheres da Universidade Federal de Minas Gerais. Sabemos que o caminho a ser percorrido ainda é muito longo, mas o principal já foi e está sendo feito: a iniciativa e o fomento acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos falando, desde a introdução, sobre a importância de um embate contra algo, contra uma força que parece maior, e assim soa, pois é gigantesca, é incontável... É impossível comparar gêneros, pois quando falamos sobre os homens, contamos uma história já vencida, em que no fim, eles sempre estão no topo, privilegiados por leis, por direitos que nascem no ímpeto do seu existir. Já quando falei os pontos históricos sobre as mulheres, falo sobre uma luta incansável, sobre algo ainda em andamento, sobre uma batalha que parece nunca ter fim, com poucas, mas grandes vitórias; falharemos em comparar. Esse enfrentamento é contínuo e nada retilíneo. Repleto de tropeços e às vezes surpreendido por conquistas, mas sempre um conflito. Afinal, a ideia paradoxal da quietude com que a mulher foi destinada briga incansavelmente com o barulho estrondoso que seu falar causa, e não apenas na literatura dos séculos passados.

Quando falamos de um estudo sobre mulheres, já imagino que o personagem por trás dessa criação seja também uma mulher, que, enquanto escrevia, idealizava uma leitora mulher – como eu o faço. Mulher entende mulher, porque apesar do silêncio amaldiçoado à nossa existência, aprendemos a nos entender. Acredito que homens também possam entender as mulheres, as pessoas se entendem, mas falo de uma linguagem única que talvez só nós, as mulheres, possamos entender; essa linguagem que fala calada, que grita em silêncio e que é inaudível quando gritada. Entre linhas, muitas vezes, aprendemos a interpretar e a desabafar; nas entrelinhas estão as verdades que não somos capazes de dizer em voz alta, mas que concordamos em contar através da grafia.

Vós, tu, você: o texto da imprensa feminina sempre vai procurar dirigir-se à leitora, como se estivesse conversando com ela, servindo-se de uma intimidade de amiga. Esse jeito coloquial, que elimina a distância, que faz as ideias parecerem simples, cotidianas, frutos do bom senso, ajuda a passar

conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa (Buitoni, 2009, p 191.).

Dulcília Schroeder Buitoni (2009) fala sobre a linguagem da imprensa feminina que usa termos pessoais e íntimos, metodologia de discurso esta que busca se aproximar da intimidade de uma amizade, do lugar e sentimento de confiança que o processo de interlocução estabelece para com o universo feminino. A imprensa assim o fez para que houvesse o sentimento de pertencimento e de reconhecimento, pois a partir da aproximação é que os segredos podem e devem ser postos sobre a mesa, a fim de que naquele espaço haja cumplicidade e transparência.

Vários silêncios foram evidenciados nesta pesquisa, silêncios antes sequer conhecidos, e sei que muitos ainda ficaram à mercê do esquecimento, pois poucas são as linhas para tamanhas desigualdades, não apenas no universo de estudo de gêneros, mas no que diz respeito aos diversos outros grupos marginalizados da nossa sociedade. As mulheres ocupam esse espaço repleto de lacunas que mais nos deixam confusos que nos respondem às questões. Entretanto, hoje, podemos ouvir muitas vozes e ler diversos mundos a partir do que já muito se tem falado sobre os silenciamentos.

Júlia Lopes de Almeida disse:

[...] Nascemos, morremos e no intervalo de uma outra ação, vivemos a vida que nosso tempo nos impõe. O que ele impõe hodiernamente à mulher é o desprendimento dos preconceitos, a luta, sempre dolorosa, pela existência, o assalto às culminâncias em que os homens dominam e de onde a repelem. Mas, seja qual for a guerra que lhe façam, o feminismo vencerá, porque não nasceu da vaidade, mas da necessidade que obriga a triunfar (Almeida, s/d).

Essa luta interminável será ainda imortal, até o dia em que não precisará mais existir; o direito pela igualdade de gênero nos espaços de trabalho é a exigência básica da causa feminista. Apesar das distorções do que seria nos tempos contemporâneos, sendo confundido, muitas vezes, com “ódio aos homens”, o objetivo será sempre este: exercer o direito comum ao ser humano, independentemente de seu gênero. Dessa forma, viveremos o que nos é incumbido em nosso tempo: falar, escrever, pesquisar e descobrir o universo de vozes antepassadas e das que hão de vir.

Para além disso, a pesquisa é um caminho e um conselho que fica, ao estabelecer uma ponte entre o que era e o que virá a ser, traçando uma possibilidade de visualização do ontem e de como podemos chegar até o amanhã, de maneira a conservar o que importa e descartar o que sobra. Na literatura, estudando a tradição e o modernismo, nos é permitido observar muito bem como funcionam os processos de conservação e de ruptura, pois tudo é material para avaliação

e questionamentos, eis a graça e a falta dela. Quando estabelecemos um problema sobre determinado assunto, esperamos obter a resposta no fim da nossa pesquisa, entretanto nem sempre é possível chegar a uma resposta definitiva.

Propus inicialmente desvendar de que maneira as pesquisas de resgate, como identificamos no livro *Memorial do Memoricídio* de Constância Lima Duarte, e os projetos editoriais feministas, como o feito pelas editoras Mulheres, Luas e Entretantas, contribuem para o embate contra o memoricídio de escritoras do século XIX e XX. Considero, diante disso, respondida, já que esses projetos não só colaboram para que estas autoras sejam rememoradas como também engatam um sistema de historicismo que mantém viva a cultura literária brasileira, o que muito enriquece nossos estudos.

Objetivei, em primeiro plano, historicizar o processo editorial feminista, investigando os motivos de sua existência no contexto social político do Brasil, além de analisar a relevância da pesquisa acadêmica como contribuinte da Literatura Brasileira. Em segundo plano, vieram os contextos a serem estudados, como a educação da mulher em suas diversas fases e a mulher como profissional editora, para além da profissional escritora, percebendo seu espaço e sua voz em ambos os espaços. Por fim, cheguei à conclusão de que este trabalho encontra-se inacabado, pois, enquanto a pesquisa era feita e eu ia me fazendo pesquisa, entendi que estamos só no começo das indagações. Sim, a pesquisa é fundamental para o avanço dos nossos conhecimentos literários; sim, a contextualização política social das mulheres na nossa sociedade justifica a existência de um modelo feminista de estudar e publicar; e, sim, os passos editoriais são vagarosos, mas atingem histórias jamais sonhadas de serem conhecidas. Portanto, respondemos à nossa pergunta e atingimos o padrão esperado pela pesquisa, no entanto, considero este um recorte de algo muito maior do que podemos ainda indagar e refletir.

Para Michelle Perrot: “A memória das mulheres é verbo” (Perrot, s/d, p. 15). Essa afirmação da autora é, em suma, mais que uma verdade, uma realidade viva. A memória da figura feminina é plantada e cultivada a partir das várias narrativas que são construídas, criadas, contadas e recontadas pela oralidade e pela escrita. A partir do verbo, as mulheres constroem seus legados, mantêm-se vivas além do tempo e não morrem completamente no esquecimento social. A produção escrita dessas pesquisadoras e editoras mencionadas não permitiu que as escritoras do século XIX fossem completamente esquecidas, o que possibilita aos pesquisadores de arquivos e/ou arquivistas os mistérios dessas obras perdidas da nossa literatura.

Portanto, entende-se o papel do arquivo como fundamental nesse processo de resgate de vozes silenciadas culturalmente, pois sem eles seria impossível constatar a existência de autoras

que hoje vêm sendo recuperadas para nosso acervo literário brasileiro. Compreende-se, ainda, a necessidade de um arquivista e um pesquisador de arquivos, considerando que suas funções de analisar, avaliar, resgatar e trazer à tona essas descobertas tornam possíveis as diversas evidências sobre a vida da mulher nos séculos que se passaram, remontando nossas memórias e tornando possível a criação de novos arquivos a partir destas.

Finalizo este texto com o sentimento de que algo ainda maior precisa ser descoberto ou mesmo reencontrado. Assim como a imprensa, acredito que a linguagem tem o poder de aproximar e de deixar tudo mais íntimo. Desse modo, a pesquisa tem sido minha companheira nos últimos anos, e uma espécie de confidente, com que eu poderia revelar um adoecimento social e ao mesmo tempo entender as fórmulas para a cura de uma tradição que às vezes oprime e apaga, mas que permite a chance de reescrita e resistência. Assim como nossa literatura, a pesquisa faz-se plural e significativa, abrindo muito mais caminhos do que os esperados no início dela.

A sociedade tem a capacidade evolutiva constante, ainda que muitas vezes repercuta tradicionalismos conservadores, está a todo momento a um passo de descobrir algo que salve a humanidade ou que pelo menos a reorganize de uma maneira mais justa. A tecnologia é prova de que o novo é só questão de um clique, antes a tinta, hoje o *prompt*; de uma forma ou de outra, a criatividade comanda as descobertas e, como vimos, a curiosidade conduz as redescobertas.

A luta pelo fim da desigualdade é um eterno “rasgar-se e remendar-se” como bem dito por Guimarães Rosa, pois a cada linha lida descobrimos uma maneira nova de nos ferirmos através das palavras, ainda mais quando reconhecidas nas atitudes. No entanto, já que tudo muda o tempo todo, a esperança que fica é de que um dia não precisemos mais lutar para que nos escutem, para que nossas histórias não sejam apagadas, para que não morramos de todo e que nossas palavras ganhem vidas no lugar de fazer com que as percamos.

Enfim, não consegui me afastar em nenhum momento daquilo que fala tanto sobre mim e as mulheres que vieram antes de mim, não consigo esquecer dos caminhos que elas percorreram para que hoje eu pudesse existir como mulher escritora e pesquisadora.



REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Editora Lafonte: São Paulo. 2019.
- BELLINE, Ana Helena Cizotto. Literatura didática e ficção feminina no fim do século XIX. In: REIS, Livia de Freitas Reis *et al.* (Org.) *Mulher e literatura*. Niterói: EdUFF, 1999. p. 342- 347.
- BEZERRA, Nathalia. *Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES, 2010, Quixadá. Anais [...]. Quixadá: FECLESC/UECE, 2010. p. 4.
- BICHUETTE, Stela de Castro. COELHO, Sueli Braz dos Santos. *O mistério do coelho pensante e a ausência da literatura infantil de Clarice Lispector da historiografia literária brasileira*. In: Soletas. Estudos Literários - n. 28 – 2014.2.
- BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Lésbia*. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009. p. 191.
- CAMPOS, Haroldo de. *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura no Brasil* (Momentos Decisivos). São Paulo: Martins, 1971, 2v.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. Ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1997.
- CARVALHO, Kátia de. *Imprensa e informação no Brasil, século XIX*. Ciência da Informação - Vol 25, número 3, 1996 – Artigos. Disponível em: [469-1051-1-PB.pdf](#). Acesso em: 23 ago.2024.
- CASTRO, Cecília. A editora Luas. 2019. Disponível em: <http://editoraluas.com.br/sobre/>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada* (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968.
- CUNHA, Karolina Dias da. *As mulheres brasileiras do século XIX*. ANPUH, s.d. Disponível em: https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/karolina_dias_da_cunha.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.
- CUNHA, Washington Dener dos Santos. SILVA, Rosemaria J. Vieira. *A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura*. Gênero. Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010. Disponível em: [30936-Texto do Artigo-106202-1-10-20120619.pdf](#). Acesso em: 15 abr. 2024.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo, Editora Horizonte / Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUARTE, Constância Lima. Educação e ideologia: construindo gêneros. In: REIS, Livia de Freitas Reis *et al.* (Org.) *Mulher e literatura*. Niterói: EdUFF, 1999. p. 439-446.

DUARTE, Constância Lima. *Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada*. UnB, [s. l.], p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9136>. Acesso em: 02 maio 2023.

DUARTE, Constância Lima. *Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada*. Gênero. Niterói, v. 9, n. 2, p. 11-17, 1. sem. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/anton/Downloads/30901-Texto%20do%20Artigo-106166-1-10-20120625%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/anton/Downloads/30901-Texto%20do%20Artigo-106166-1-10-20120625%20(1).pdf). Acesso: 02 maio 2024.

DUARTE, Constância Lima (org.). *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*. Belo Horizonte: Editora Luas, v. 1, 2022.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX - Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FIGUEIREDO, Viviane Arena. *Resgatando a memória literária: as edições e as obras de Júlia Lopes de Almeida*. S/d. p. 4. Disponível em: <50260-Texto do Artigo-172346-1-10-20210531.pdf>. Acesso em: 12 out 2024.

GARRIDO, Natércia Moraes Garrido. *Nascimento Moraes Filho & Maria Firmina dos Reis: repensando a jornada de uma pesquisa*. In: Littera Online. V. 13 n. 26 (2022) – Estudos Literários (seção temática e seção livre).

GONDAR, Jô. *Memória individual, memória coletiva, memória social*. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, número 13, 2008 - ISSN 1676- 2924.

HELLMANN, Risolette Maria. *Crítica literária feminista: o legado de Zahidé Muzart*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

Houaiss eletrônico. Objetiva, 2009. Disponível em: <https://www.office.com/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetim no Brasil: 1830 à atualidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

LE GOFF, Jacques, 1924 *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: *Arquivos literários*. SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Org.). São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MIRANDA, Alexandre. TEIXEIRA, Nicolle, 'Lésbia', clássico da literatura feminina do século 19, é relançado em versão atualizada, 24 de novembro 2021, UFMG. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/lesbia-classico-da-literatura-feminina-do-seculo-xix-e-relancado-em-versao-atualizada>. Acesso em: 25 set 2023.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. A angústia da criação na autoria feminina, uma questão atual? In: *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. 2 ed. SCHNEIDER, Liane. MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

MULLER, Crisna Maria. BESING, Márcia. *A trajetória histórica da mulher no Brasil*. Augustus: Rio de Janeiro.v.23. n. 45. p. 25-46. 2018. Disponível em: <https://revistas.unisiam.edu.br/index.php/revistaagustus/article/view/147/64>. Acesso em: 15 dez2024.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Histórias da Editora Mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. especial (Publicações Feministas), p. 103-105, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300011>. Acesso em: 14 jul. 2025.

NOGUEIRA, Amanda Antônia de Oliveira. *O protagonismo feminino na escrita do século XIX: a representação da escritora em Lésbia*, de Maria Benedita Bormann (Délia). 2022. Monografia (Graduação em Comunicação e Letras) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2022.

OLIVA, Osmar Pereira. *Rachel de Queiroz e o romance de 30: ressonâncias do socialismo e do feminismo*. In: cadernos pag. (43), julho-dezembro de 2014:385-415. ISSN 0104-8333.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. ANPUH, [s. l.], p. 9-18, s.d. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso em: 8 maio 2024.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2015.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Como nasce uma editora*. Belo Horizonte: Entretantas, 2023.

ROCHE, Daniel. *Censura e indústria editorial*. 1996. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sWRK6Ztl2nsC&oi=fnd&pg=PA9&dq=a+revolu%C3%A7%C3%A3o+industrial+e+a+imprensa+no+mundo&ots=JjbtNjCunY&sig=Q4bKNwIJdYKHM9pInQ5YHqzA5j0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true. Acesso em: 22 maio 2025.

SALES, Alcigledes de Jesus; PASSO, José Jovino Reis. Educação uma questão de cor: A trajetória educacional dos negros no Brasil. *Brasil Escola*, 2018. Disponível em: https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-questao-cor-trajetoria-educacional-dos-negros-brasil.htm#_ftn4. Acesso em: 10 jun. 2025.

SANTOS, Célia Regina dos; Wielewicki, Vera Helena Gomes. Literatura de autoria de minorias étnicas e sexuais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. *Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. São Paulo, SP: EDUFSCar, 2009.p. 337-352.

SCHNEIDER, Liane. Quem fala como mulher na literatura de mulheres?. In: *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: EDUFAL, 2006.

SIMIONE, Ana Paula. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Mulheres, arquivos e memórias*. Rev. Inst. Estud. Bras. (71) Sep-Dec 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p19-27>. Acesso em: 5 out. 2024.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. *Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault*. Lua Nova, São Paulo, 97: 173-190, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445173-190/97>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOUZA, Rodrigo Augusto. *Estudo sobre a noção de esquecimento na obra de Paul Ricoer*. Eleutheria – Revista do Curso de Filosofia. Volume 07, Número 13, Ano 2022. Disponível em: <15531-Texto do artigo-64113-1-10-20220929.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

TELLES, Norma. Escritoras, escrita, escritura. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.p. 401- 441.

WEIGEL, Sigrid. *La mirada bizca - sobre la historia de la escritura de las mujeres. Estética Feminista*. ECKER, Gisela. Barcelona: Icaria Editorial. 1986.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Pós-Colonialismo, Feminismo e Construção de Identidades na Ficção Brasileira Contemporânea Escrita por Mulheres*. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.21, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/288-873-1-PB.pdf>. Acesso em: jul. 2024.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. *Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. São Paulo, SP: EDUFSCar, 2009.p. 181-283.